

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Patrícia Queiroz de Aragão

Análise da estrutura do Plano de Atendimento em Minas Gerais

Juiz de Fora

2019

Patrícia Queiroz de Aragão

Análise da estrutura do Plano de Atendimento em Minas Gerais

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Junior

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Aragão, Patrícia Queiroz de.

Análise da estrutura do Plano de Atendimento em Minas Gerais / Patrícia Queiroz de Aragão. -- 2019.

97 f.

Orientador: Lourival Batista de Oliveira Junior

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2019.

1. Plano de Atendimento. 2. Cadastro escolar. 3. Organização escolar. I. Oliveira Junior, Lourival Batista de, orient. II. Título.

Patrícia Queiroz de Aragão

Análise da Estrutura do Plano de Atendimento em Minas Gerais

Dissertação apresentada como requisito parcial para a qualificação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Lourival Batista de Oliveira Júnior - orientador

Membro da banca

Membro da banca

Dedico este estudo às famílias que buscam educação de qualidade para seus filhos.

AGRADECIMENTOS

Deus pelo dom da vida e por todas as oportunidades que tem me ofertado nesta existência.

À minha família pela leveza, pelo amor, pela alegria e a certeza das boas vibrações enviadas por preces.

À Andrea Botelho pela generosidade em compartilhar conhecimentos, disponibilidade e motivação.

Meu carinho especial a Mestra Mayanna Martins por toda colaboração, profissionalismo, atenção e disponibilidade.

Aos colegas do PPGP pela convivência, conhecimentos compartilhados e palavras de incentivo nos momentos de desânimo. Aos que se tornaram amigos, pelos momentos de descontração que proporcionaram minha estadia em Juiz de Fora mais prazerosa e feliz, apesar da jornada exaustiva de estudos. São eles que, verdadeiramente, sabem mensurar o esforço e a dedicação.

Ao Professor Dr. Lourival Batista de Oliveira – orientador deste estudo.

A todos que acompanharam e acompanham minha trajetória profissional, incentivando-me a lutar pelos meus ideais.

Muito obrigada!

“Portanto, ide e ensinai...” –
Jesus.”(MATEUS, 28:19.)

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado analisa a estrutura do plano de atendimento de Minas Gerais, a partir dos desafios encontrados na implementação do Plano de Atendimento nas escolas da Superintendência Regional de Ensino (SRE), Metropolitana A, de Belo Horizonte. O objetivo definido para este estudo é analisar os fatores que interferem na execução do Plano de Atendimento da SRE A, e propor ações para que esse possa ser efetivado de acordo com o critério de zoneamento proposto pela base legal; propor um plano de ação educacional com sugestões para a melhoria e articulação do melhor cumprimento das análises estabelecidas no Plano de Atendimento. Assumimos como hipóteses que a fragilidade na execução do Plano de Atendimento reside no desenho e implementação de políticas públicas da educação após o período do plano, das matrículas efetuadas acima do estabelecido na autorização do quadro de turmas e de alunos, e de mobilidade familiar. Para tanto, foi utilizado como metodologia a pesquisa qualitativa e como instrumentos formulários e entrevistas junto aos atores envolvidos no processo do plano de atendimento da elaboração à implementação, nos diferentes segmentos da rede pública.

Palavras-chave: Plano de Atendimento. Cadastro escolar. Organização escolar.

ABSTRACT

The present dissertation is developed under the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The management case to be studied will analyze the structure of the Minas Gerais service plan, based on the challenges encountered in the implementation of the Service Plan in the schools of the Regional Superintendence of Education (SRE), Metropolitana A, Belo Horizonte. The objective defined for this study will be to analyze the factors that interfere in the implementation of the SRE A Service Plan, and propose actions so that it can be carried out in accordance with the zoning criteria proposed by the legal bases; propose an educational action plan with suggestions for improvement and articulation of better compliance with the analysis established in the Plan of Attendance. We hypothesized that the weakness in the implementation of the Care Plan is the design and implementation of public policies for education after the period of the plan, enrollments made above that established in the authorization of the class and pupils, and family mobility. To do so, we will use as qualitative research methodology and as instrument forms and interviews with the actors involved in the process of the implementation of the implementation plan, in the different segments of the public network.

Keywords: Service Plan. School register. School organization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de Escolarização do Ensino Médio por Regiões do Brasil	24
Figura 2 – Percentual na distribuição de oferta da Educação Básica pelos Estados	26
Figura 3 – Organograma do Plano de Atendimento	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variáveis sobre o que é escola de qualidade -----	64
Gráfico 2 – Fatores que implicam na Mobilidade -----	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Acesso ao Ensino Fundamental (Meta 2): comparativo entre o PNE 2001 e 2014	22
Quadro 2 - Comissão Municipal de Cadastro	36
Quadro 3 - Etapas da construção do Plano de Atendimento.....	40
Quadro 4 - Evolução do Cadastro Escolar em Belo Horizonte.....	44
Quadro 5 - Estudo técnico de possíveis rearticulações.....	51
Quadro 6 - Atribuição dos entrevistados	56
Quadro 7 - Perfil dos entrevistados	57
Quadro 8 - Como é compreendido o Plano de atendimento?	58
Quadro 9 - Fragilidades do Plano de Atendimento.....	59
Quadro 10 - Quanto a equidade do atendimento	61
Quadro 11 - Mobilidade Familiar	73
Quadro 12 - Síntese das ações propostas no PAE	75
Quadro 13 - Plano de ação para o eixo: Políticas Públicas.....	79
Quadro 14 - Plano de ação para o eixo: Mobilidade Familiar.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrículas no Ensino Fundamental (6 a 14 anos) – Rede Estadual de Minas Gerais 2015 a 2017.....	27
Tabela 2 – Matrículas do Ensino Médio em Minas Gerais de 2015 a 2017	28
Tabela 3 - EE Bolivar Tinoco Mineiro - Número de turmas e alunos de 2015 a 2018	32
Tabela 4 - Concluintes do EF encaminhados para Ensino Médio 2015-2017 na SRE Metropolitana A	43
Tabela 5 - Modificações no Plano de Atendimento 2017/2018	46
Tabela 6 - Alterações efetuadas no Plano de Atendimento no período de janeiro a abril de 2018.....	47
Tabela 7 - Numero Especialista em Educação Básica.....	47
Tabela 8 - Zonemaneto: Norma burlada.....	43
Tabela 9 - Comparação entre alunos encaminhados X matrículas efetivadas.....	44
Tabela 10 - Total de alunos matriculados na escola entre 2015-2018.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS

CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação
FUNDEB	Fundo da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional–
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
OAE	Organização do Atendimento escolar
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD/IBGE	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNE	Plano Nacional de Educação
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SOE	Superintendência de Organização Escolar
SRE	Superintendência Regional de Ensino
SMED	Secretaria Municipal de Educação
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E PLANO DE ATENDIMENTO	17
1.1 ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS	18
1.1.1 Plano de Atendimento em Minas Gerais	28
1.1.2 Plano de Atendimento na Metropolitana A	33
1.1.3 Etapas do Plano de Atendimento na Metropolitana A	39
1.2 OS DESAFIOS NA EXECUÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO DA METROPOLITANA A	39
2 CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA GARANTIA DE ACESSO AO ENSINO PÚBLICO	53
2.1 PERCURSO METODOLOGICO	54
2.2 ANALISANDO O PLANO DE ATENDIMENTO NA PRÁTICA	57
2.2.1 Políticas públicas educacionais e o ciclo de políticas	62
2.2.2 Debate sobre modelos para alocação de alunos	65
2.3 MOBILIDADE FAMILIAR	63
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: PARA A MELHORIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO NA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS	74
3.1 -AÇÕES DE INTERVENÇÕES – PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	75
3.1.1 Plano de ação para o eixo: Políticas Públicas	76
3.1.2 Detalhamento das ações propostas	77
3.1.2.1 Eixo 1: Interação das áreas de trabalho da SEE/MG e SRE	70
3.1.2.2 Plano de ação para eixo: Mobilidade Familiar	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A – Quadro de perguntas elaborado para entrevista com servidores das equipes de Organização Escolar das SRE	92
APÊNDICE B - Entrevista com servidor da SMED/BH	94
APÊNDICE C – Quadro de perguntas elaborado para entrevista com servidor da SEE/MG	95
APÊNDICE D	97

INTRODUÇÃO

O presente estudo de caso analisa os desafios na execução do Plano de Atendimento das escolas estaduais pertencentes a SRE Metropolitana A, no que se refere ao pressuposto legal do zoneamento estabelecido para o Ensino Fundamental e do encaminhamento dos alunos das escolas do Ensino Fundamental que não possuem continuidade para o Ensino Médio, o qual acontece *online* pelo sistema de encaminhamento do Ensino Médio. O Plano de Atendimento é um documento elaborado anualmente pela SRE, que orienta ações (extensão de séries, extinção de gradativa, implementação de modalidade de ensino) programadas para as escolas no período letivo subsequente. Para a elaboração do plano devem ser considerados o resultado do Cadastro Escolar, que garante vaga a todos que desejam ingressar na rede pública; o fluxograma das escolas; a formação de turmas com o número adequado de alunos para evitar futura fusão; as condições de atendimento, a capacidade da rede física e a localização dos prédios escolares; o quadro de pessoas das escolas e a garantia de continuidade (MINAS GERAIS, 2017a).

Junto ao plano é efetuado o fluxograma de turmas e alunos das escolas, que é construído a partir de dados extraídos do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), e uma projeção do número de turmas e alunos, que estarão em continuidade na escola para o próximo ano letivo é feito, assegurando ao aluno já matriculado o direito à continuidade.

O interesse por esse estudo surgiu a partir de observações das fragilidades existentes na execução do Plano de Atendimento. Essas fragilidades residem no desenho e implementação de políticas públicas da educação (Campanha VEM, Projeto Telessala, Educação integral e Educação integral integrada); no descumprimento do plano por algumas escolas que não seguem o número de vagas estabelecidas e acabam prejudicando a organização de outra escola próxima; na questão da mobilidade das famílias, que possuem preferência por escolas que consideram de melhor qualidade, lembrando que conceito de qualidade possui diferentes aspectos para as famílias, apresentando variáveis como disciplina, segurança, organização, boa aprendizagem, participação dos pais, boa estrutura, professores qualificados e mais rígidos.

Esse descompasso entre a elaboração e a execução do plano gera desorganização em muitas escolas e influencia no cumprimento efetivo do Plano de

Atendimento. Assim, o estudo pretende analisar esses fatores que interferem na execução do Plano de Atendimento da SRE A e propor ações para a melhoria na execução do plano. Para promover a descrição do objeto de estudo, sua análise e posterior apresentação de plano de intervenção para o problema, esta dissertação será dividida em três capítulos.

O Capítulo 1 tem por finalidade descrever o caso de gestão, do qual provém o objeto de estudo desta pesquisa, apresentando a descrição do Plano de Atendimento, destacando suas bases legais, seus objetivos e suas etapas operacionais. Em seguida vincula o plano ao cadastro escolar retratando a importância desse trabalho conjunto entre rede estadual e municipal para a garantia do acesso à escola, explicando o zoneamento escolar proposto pela rede pública de Belo Horizonte, delineando aspectos da construção do plano e fechando com os desafios na execução do Plano de Atendimento.

O Capítulo 2 apresenta a proposta dos percursos teórico, metodológico e analítico a serem desenvolvidos na pesquisa e o referencial que subsidia a temática em discussão. Primeiro com foco nas políticas públicas educacionais serão enfatizadas as contribuições de Mainardes (2006), no tocante ao ciclo das políticas, principalmente, o contexto de prática, pois percebe-se que é ponto de resistência do plano de atendimento. Em seguida, sobre a trajetória do cadastro escolar serão revisadas metodologias utilizadas nos diferentes países apresentando como ponto comum questões como favorecimento e escolha de vagas e por último tem-se Belo Horizonte, onde será apresentada a descrição histórica de Pinto (1999), que traça a evolução tecnológica do cadastro escolar em Belo Horizonte e os consolidados elaborados pela rede municipal referentes ao Cadastro Escolar do EF no período de 2015 a 2017. Esse capítulo aponta também a questão da mobilidade familiar como um dos desafios que vem se arrastando no tempo. Por essas reflexões e dados, quer se considerar o plano de atendimento como instrumento determinante no processo de organização escolar e atendimento as necessidades reais da comunidade escolar nos diferentes municípios de Minas Gerais.

O Capítulo 3 propõe um plano de ação, objetivando amenizar ou até mesmo sanar as dificuldades discutidas ao longo do texto. Pretende-se sugerir ações relevantes para a melhoria do trabalho pontuando a necessidade de um espaço de debate para repensar o Plano de Atendimento dentro da SEE/MG e assim iniciar

discussão e articulação das políticas públicas com um novo desenho do Plano de atendimento.

1 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E PLANO DE ATENDIMENTO

Considerando que o presente estudo de caso busca compreender quais os desafios na execução do Plano de Atendimento da SRE Metropolitana A, em Belo Horizonte/MG, este capítulo tem como propósito descrever como acontece a organização escolar na rede pública de Minas Gerais e analisar as políticas públicas que tratam da elaboração do Plano de Atendimento, assim como as políticas públicas que são implementadas após a realização do plano e que interferem em sua execução. São apresentados conceitos e bases legais referentes ao Plano de Atendimento, sua importância e exigência para organização das instituições, assegurando que todos os alunos tenham acesso garantido nas escolas. Para isso, são utilizadas as legislações que tratam sobre organização escolar, examinando o que está amparado na esfera Federal por meio da Constituição de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei nº 9.394/96), dos Planos Nacionais de Educação – PNE (Lei nº 10.172/01 e Lei nº 13.005/14), e o que está proposto na esfera Estadual pelo Conselho Estadual de Educação na Resolução nº 449/02 – CEE, pela Secretaria Estadual de Educação (SEE) com o Plano Estadual de Educação (2011-2021) e as Diretrizes para o Plano de Atendimento de 2018, e na esfera Municipal por meio da Resolução Conjunta SEE-MG/SMED-BH nº 5, referente ao Cadastro Escolar (MINAS GERAIS, 2018a).

Dentre as estratificações da SEE/MG está a Superintendência de Organização Escolar (SOE), a qual compete regulamentar as Diretrizes do Plano de Atendimento, em âmbito estadual, e nas SRE há o setor de Organização do Atendimento Escolar (OAE), responsável por elaborar o Plano de Atendimento Escolar junto as escolas e municípios.

O Plano de Atendimento é o resultado de um estudo quantitativo que trata de alunos e turmas, assim como das análises das demandas das escolas nos diferentes municípios mineiros. Dentre seus objetivos visa a garantia da política de acesso à escola para todos os alunos que estão em continuidade escolar e para aqueles que estão fora da rede. A SEE por meio da equipe de Organização do Atendimento Escolar (OAE) nas Superintendências Regionais de Ensino (SRE) planeja a organização escolar para o ano posterior, contando com a participação dos gestores escolares e inspetores escolares. A equipe de OAE tem apurado que,

mesmo constituindo processo de estudo minucioso na fase de elaboração, ocorrem fragilidades que embaraçam a execução do plano e esse quesito será o eixo norteador desse estudo de caso.

O que se pretende neste capítulo é descrever na primeira seção qual é a regulamentação para o atendimento do acesso escolar das crianças e jovens no Ensino Fundamental e no Ensino Médio no Brasil e em Minas Gerais. Nas subseções serão abordadas a construção do Plano de Atendimento em Minas Gerais, exemplificando a construção do Plano de Atendimento na SRE Metropolitana A de Belo Horizonte/MG para atender as demandas dos municípios pertencentes à circunscrição da Metropolitana A, realçando o trabalho diferenciado do município de Belo Horizonte, assim como os desafios na execução do plano de atendimento.

1.1 ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

Para Boto (2005) universalizar o acesso à escola pública implica em incorporar populações antes excluídas. Cabe ao poder público empreender ações que visem assegurar a concretização do direito social à educação como sendo um direito subjetivo, cujo não cumprimento torna possível ação judicial contra o Estado.

Sabe-se que a educação é fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, entretanto a garantia desse direito tem sido um processo contínuo na sociedade brasileira. Até 1980, 40% da população em idade escolar estava fora da escola, o acesso escolar foi uma das preocupações iniciais das políticas públicas educacionais. O aumento da população educacional com a universalização do acesso ao Ensino Fundamental a partir da década de 1990 representa “[...] inegável avanço na história educacional brasileira.” (LIMA, 2011, p. 275).

A educação é um direito de todos, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e amparada por legislações que buscam garantir o cumprimento das obrigações dos governos. Os princípios com base nos quais o ensino deve ser ministrado e as responsabilidades do Estado em assegurar a efetivação do seu compromisso com a educação estão previstos nos artigos 206 e 208 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

O artigo 206 da referida Constituição Federal estabelece princípios nos quais o ensino deve ser baseado em: “I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [éia.] VII – garantia de padrão de qualidade.” (BRASIL, 1988, p. 123). Já em seu artigo 208, tal documento estabelece que o Estado brasileiro tem como responsabilidades efetivar seu compromisso com a educação: “I – Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.”. (BRASIL, 1988, p. 124). Lembrando que “[...] o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo [...]” (BRASIL, 1988, p. 124), ou seja, é um direito intrínseco ao sujeito, que pode reivindicá-lo caso não esteja sendo cumprido pelo Estado.

A Constituição determina os princípios da educação, além disso, o ensino no Brasil é normatizado por outras leis, que irão ocupar-se de questões regulamentadoras e estruturais. Entre elas tem-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE), que estava previsto desde 1988, no Art. 214 da Constituição, mas somente em 2001-2010 teve sua primeira versão. Atualmente, tem-se em vigência a versão 2014-2024, na qual são traçados objetivos que visam o desenvolvimento da educação básica. Outra importante lei é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura aos estudantes o direito de frequentar estabelecimento público próximo a sua residência. (BRASIL, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, afirma que a Educação Básica é composta pelas etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Até 2009, o Ensino Fundamental era a única etapa considerada obrigatória na educação nacional. A alteração se deu pela Emenda Constitucional (EC) nº 59 (BRASIL, 2009) que ampliou

[...] a obrigatoriedade e gratuidade, a partir do ano de 2016, da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada sua oferta gratuita inclusive aos indivíduos que a ela não tiveram acesso em tal faixa etária. (LIMA, 2011, p. 271)

No que se refere à oferta da Educação Infantil e Ensino Fundamental, a Lei nº 11.700, publicada em 16 de janeiro de 2009, confirma a vaga na escola pública de

Educação Infantil ou de Ensino Fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade (BRASIL, 2009).

O PNE 2001-2010, instituído pela Lei nº 10.172, de janeiro de 2001, foi elaborado tendo urgência na universalização do Ensino Fundamental, que na época, ainda era a única etapa obrigatória da educação básica. Neste estudo, serão enfatizadas as Metas 2 e 3 por estarem vinculadas, diretamente, à questão do acesso escolar, que é determinante para o tema em tela. O cenário da educação básica que fundamentou a construção das metas para o PNE (2001-2010) apresentava um alto índice de exclusão escolar.

As taxas de escolarização bruta e líquida na faixa etária de 7 a 14 anos, referentes ao ano de 1996, eram de 116,1% e 90,8%, respectivamente [...]. Estava claro, ainda, que a existência de crianças fora da escola, na faixa etária obrigatória, não tinha como determinante o déficit de vagas, mas, sim, as condições de exclusão de alguns segmentos da população brasileira. (GOMES; MARTINS; GILIOLI, 2017, p. 17).

O balanço do PNE 2001-2010 não teve um saldo positivo, as metas previstas ficaram longe de ser cumpridas, pois ele dependia dos planos de ação das esferas governamentais para atingir seus objetivos. A União vetou o artigo que previa o investimento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação. Sem repasse de verba não foi possível cobrar ações dos governos municipais e estaduais, que por sua vez, se sentiram desobrigados em garantir a aprovação de legislações referentes aos planos de ação de responsabilidade de cada um. Dessa forma, muitas metas deixaram de ser cumpridas (MOÇO, 2010).

Já para análise da elaboração do PNE 2014/2024, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), em 2014, apontaram aumento na taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental, que atingiu a marca de 97,5%. Porém, ainda havia um grupo de cerca de 450 mil crianças de 6 a 14 anos (dado de 2014) que não frequentavam a escola (GOMES; MARTINS; GILIOLI, 2017, p. 17), foi necessário repensar estratégias para o PNE (2014-2024), e assim desenvolver o diagnóstico da situação educacional no país e, a partir dele, determinar ações e metas a fim de guiar as políticas públicas educacionais e combater os problemas do sistema de educação brasileira em todos as esferas de governo.

O PNE (2014-2024) manteve estratégias para atingir a meta de universalização do Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos, incluindo como propósito que pelo menos 95% dos alunos alcancem a terminalidade desta com a idade correta.

Considerando que a Meta 2 do Plano Nacional de Educação estabelece que todas as crianças de 6 a 14 anos estejam matriculadas no Ensino Fundamental até 2024 (PNE, 2014-2024), a partir dos dados da PNAD/IBGE (2015), percebe-se um crescimento na taxa líquida de matrícula nessa etapa da Educação Básica, atingindo no Brasil a marca de 97,7% em 2015. São aproximadamente 26,2 milhões de crianças nessa faixa etária matriculadas no Ensino Fundamental e pouco mais de 430 mil que não frequentavam a escola. Esse acesso ao Ensino Fundamental, apresentado em 2015, é favorável ao cumprimento da meta, uma vez que está próximo de se tornar universal. Considerando o ritmo de crescimento apresentado de 2014 para 2015, os dados indicam que possivelmente a Meta deve ser atingida no período previsto. (OBSERVATORIO DO PNE, 2017).

Como ferramenta de planejamento e articulação das ações de todas as esferas do governo em função de objetivos comuns, o PNE precisa considerar as lacunas existentes nos programas e políticas da União, Estados e Municípios. Nesse contexto, a universalização do Ensino Fundamental é pauta essencial no PNE de 2001 e no PNE de 2014, como é possível se comparar no Quadro 1.

Quadro 1 - Acesso ao Ensino Fundamental (Meta 2): comparativo entre o PNE 2001 e 2014

PNE 2001-2010 Objetivos e Metas	PNE 2014-2024 Metas e Estratégias
1. Universalizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental, no prazo de cinco anos a partir da data de aprovação deste plano, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola, estabelecendo em regiões em que se demonstrar necessário programas específicos, com a colaboração da União, dos Estados e dos Municípios.	Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 ((quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. Estratégia: 2.5) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
2. Ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade , à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos.	Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005 (matrícula obrigatória aos seis anos de idade). Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 (ensino fundamental de 9 anos).
3. Regularizar o fluxo escolar reduzindo em 50%, em cinco anos, as taxas de repetência e evasão, por meio de programas de aceleração da aprendizagem e de recuperação paralela ao longo do curso, garantindo efetiva aprendizagem.	Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada , até o último ano de vigência deste PNE.
27. Estimular os Municípios a proceder um mapeamento, por meio de censo educacional , das crianças fora da escola, por bairro ou distrito de residência e/ou locais de trabalho dos pais, visando localizar a demanda e universalizar a oferta de ensino obrigatório.	2.5) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola , em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Gomes, Martins e Gilioli (2017).

Outra meta importante para este estudo é a Meta 3 do PNE, que diz respeito ao Ensino Médio, que pretendia universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (PNE 2014-2024). O desafio da universalização até 2016, imposto pela Emenda Constitucional nº 59, já fracassou. A recente melhora das taxas de fluxo escolar no Ensino Fundamental faz aumentar o número de matrículas do Ensino Médio, mas o País ainda está longe de alcançar patamares ideais.

O Ensino Médio ainda não era obrigatório durante a elaboração do PNE 2001-2010 e o acesso era reduzido. No diagnóstico do PNE 2001-2010, “[...] está exposta

a necessidade de equacionar a questão do financiamento do Ensino Médio, para dar sustentabilidade à expansão futura[.]” cumprindo assim a garantia da progressiva universalização (GOMES; MARTINS; GILIOLI, 2017, p. 26).

O Ensino Médio é um desafio no campo das políticas públicas educacionais devido aos altos índices de evasão e reprovação entre os jovens de 15 a 17 anos. De acordo com o UNICEF, a esses índices somam-se outros desafios: “[...] o contexto socioeconômico, o trabalho precoce, a gravidez e a violência familiar e no entorno da escola.” (UNICEF, 2014, p. 6).

Por isso, o PNE (2014-2024) propõe, na Meta 3, a universalização do Ensino Médio e, nesse cenário, em 2017, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 13.415/2017, que propõe a reforma do Ensino Médio, com o intuito de definir rumos para essa etapa da educação básica. Além disso, a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevista no PNE 2014-2024, continua a discussão sobre concepção curricular para o Ensino Médio. É uma etapa que passou por diversas crises, que hoje tem a oferta do acesso garantida, porém é a etapa da educação básica com maior índice de evasão escolar.

A Meta 3 do PNE (2014-2024), ao tratar do atendimento escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos, quer adequar a matrícula para que, pelo menos, 85% estejam matriculados no Ensino Médio. Dados do INEP (2018) mostram que o Brasil alcançou em 2017 a marca de 70% dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade matriculados no Ensino Médio ou concluído a etapa de ensino. Os dados fazem ainda uma análise do período de 2012 a 2017 mostrando que o crescimento foi menor que o esperado. Isso indica que nesse ritmo o Brasil, em 2024, alcançaria a marca de 79% para o indicador estabelecido de 85%. “Os próximos sete anos serão decisivos para acelerar o ritmo de crescimento desse indicador, de modo que a meta de 85% seja alcançada.” (INEP, 2018, p. 66).

A Figura 1 mostra um recorte por regiões do Brasil e revela que a taxa de escolarização do Ensino Médio, referente a pessoas de 15 a 17 anos, nos anos de 2016 e 2017 permanece estagnada.

Estudos do IBGE referentes a taxa de escolarização segundo grupos de idade, no Brasil, apresentam que o índice de crianças de 6 a 14 anos era de 90,2% em 2016 e passou para 99,2% em 2017, cumprindo assim a Meta 2 (PNE), referente à universalização do Ensino Fundamental. Porém, a faixa dos 15 aos 17 anos em

2016 era de 87,2% e permaneceu em 2017, não alcançando a Meta 3, da universalização do Ensino Médio até 2016 (IBGE, 2017).

Figura 1 - Taxa de Escolarização do Ensino Médio por Regiões do Brasil



Fonte: IBGE (2017).

Vale destacar que mesmo os indicadores de acesso apresentando um salto de atendimento escolar nas últimas décadas, contabilizando 48,0% em 1970 para 96,4% em 2017, o Brasil ainda possui, aproximadamente 1,5 milhão de crianças e jovens em idade escolar fora da escola. (MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018).

Muitos são os desafios existentes na organização do sistema educacional e diversas políticas são estabelecidas sem a devida pactuação entre os entes federados, o que pode ser constatado na Figura 2 que mostra a diversidade na

distribuição da oferta das etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas redes públicas (estadual, municipal e federal).

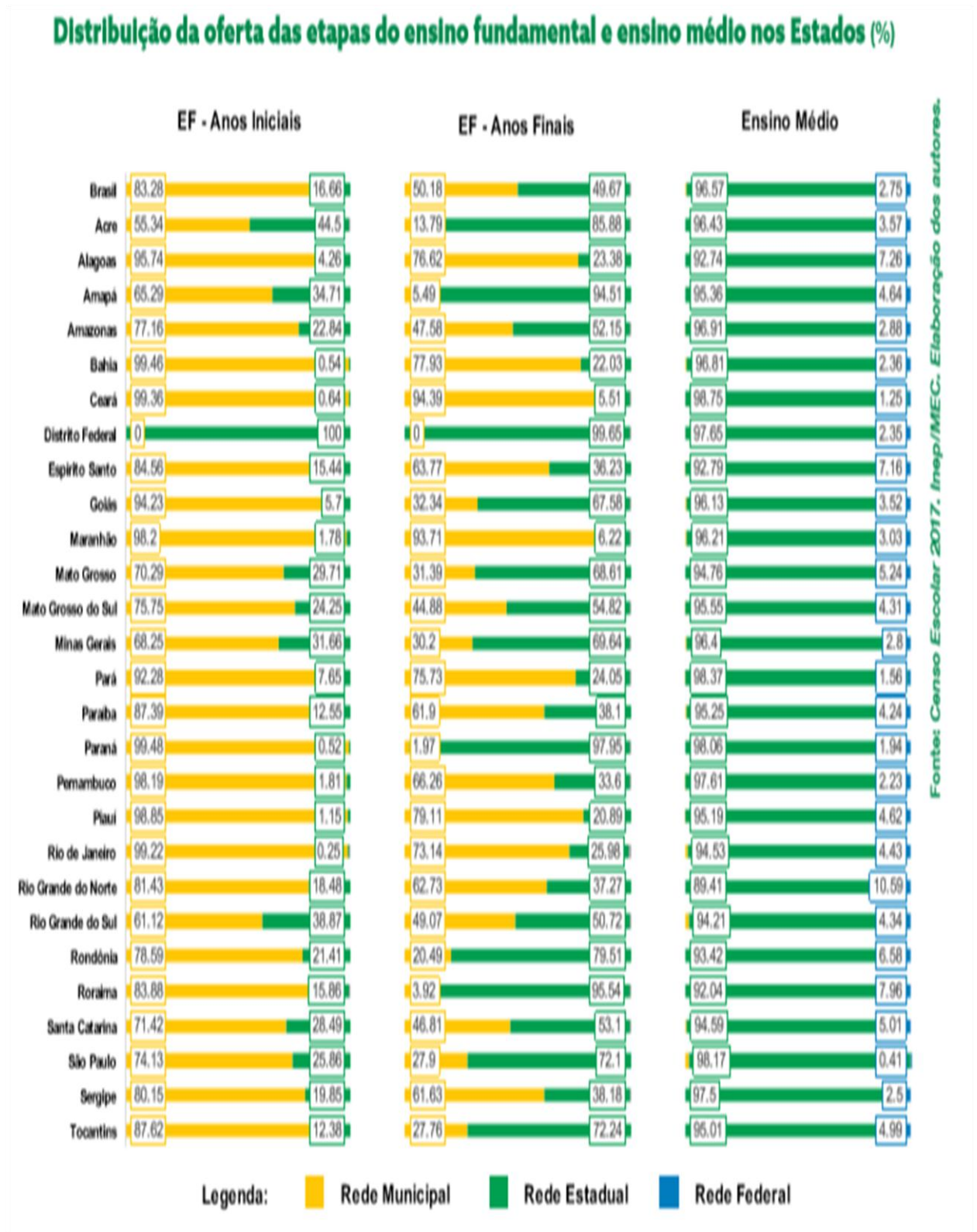
A Constituição Federal de 1988 definiu em seu artigo 23 que proporcionar o acesso à educação é competência comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios. O artigo 211 propõe aos Entes se organizarem em regime de colaboração para a oferta da Educação, cabendo ao município a responsabilidade pela Educação Infantil e Ensino Fundamental, o Ensino Médio prioridade do governo estadual e do Distrito Federal, gerindo também o Ensino Fundamental quando necessário (BRASIL, 1988).

Minas Gerais, pelo Decreto nº 43.506, de 6 de agosto de 2003 (MINAS GERAIS, 2003), instituiu o Ensino Fundamental de nove anos de duração nas escolas da rede estadual e passou a ser o primeiro estado brasileiro a implantar o Ensino Fundamental de nove anos em toda a rede estadual de ensino. Para a efetivação dessa política ocorreu a ampliação do acesso à inclusão de criança de 6 anos na rede estadual de ensino.

Em relação ao desempenho no indicador da Meta 2 do PNE, em 2015, Minas Gerais atendeu 98,5% da população de 6 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental, sendo que em 2016 o percentual foi de 98,0%, e em 2017 de 98,1%. O Ensino Médio registra percentual de 88,6% em 2015, 90,1% em 2016 e 91,9% em 2017 no que se refere a população de 15 a 17 anos frequentes ou que haviam concluído essa etapa do ensino (INEP, 2018).

Na Figura 2, é possível constatar que o estado de Minas Gerais ainda se encontra responsável por 31,7% da oferta de vagas destinadas à educação do Ensino Fundamental dos anos iniciais, uma porcentagem considerada alta em relação a maioria dos estados brasileiros. No Ensino Fundamental dos anos finais, o estado de Minas Gerais ainda absorve 69,64% da oferta de vagas e no Ensino Médio 96,4% das vagas. Lembrando que o Ensino Médio é de responsabilidade do Estado.

Figura 2 – Percentual na distribuição de oferta da Educação Básica pelos Estados



Fonte: Movimento Todos pela Educação (2018, p. 57).

Analisando os dados da Tabela 1, é possível identificar que durante a mudança de ciclo o número de matrículas no 6º ano do Ensino Fundamental em 2016 é maior que o número de matrículas no 5º ano do Ensino Fundamental em 2015. Considerando que a rede estadual absorve também, nos anos finais, os estudantes da rede municipal, infere-se que há um alto índice de reprovação no 6º ano, pois o número de egressos do 5º ano da rede municipal não gera o aumento identificado na referida tabela. O processo de Municipalização¹ em Minas Gerais não foi totalizado no Ensino Fundamental dos anos iniciais e ainda está longe de absorver os anos finais.

Tabela 1 - Matrículas no Ensino Fundamental (6 a 14 anos) – Rede Estadual de Minas Gerais 2015 a 2017

Ano/ Série	2015	2016	2017
Matrículas 1º ano	68.395	64.255	64.477
Matrículas 2º ano	82.194	72.430	68.815
Matrículas 3º ano	81.578	86.141	75.768
Matrículas 4º ano	75.012	83.989	87.308
Matrículas 5º ano	84.556	78.955	86.104
Matrículas 6º ano	194.189	182.786	174.993
Matrículas 7º ano	199.087	191.739	176.562
Matrículas 8º ano	205.058	194.720	178.547
Matrículas 9º ano	200.205	193.042	188.499

Fonte: Fundação Lemann e Meritt (2018).

Minas Gerais tem passado por diferentes políticas que tentam renovar e propor modelos diferentes para o Ensino Médio. Entre elas, destacamos o Programa Reinventando o Ensino Médio, implementado em 2012 e a política de Educação Integral e Integrada vigente desde 2015. A comparação das matrículas do 1º ano do Ensino Médio com o número de concluintes do 3º ano permite constatar uma gradativa redução do número de matrículas ao longo dos três anos desta etapa da educação básica. A Tabela 2 evidencia essa constatação, considerando a continuidade do fluxo de matrícula tem-se que no ano de 2015 a entrada no ensino foi de 282.664 matrículas no 1º ano médio. Em 2016, no 2º ano, tem-se 233.416 matrículas, uma diferença de 49.248 matrículas a menos. Em 2017 a redução no 3º ano, que equivale a última etapa do Ensino Médio, ainda é maior, apenas 183.212

¹ Termo utilizado para caracterizar o processo de transferência de funções do governo federal e estadual para o nível municipal, no âmbito educacional. A Constituição de 1988 e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996 estimulam a municipalização do Ensino Fundamental.

matrículas efetivadas, ou seja, do ano de 2015 para 2017 ocorre uma diferença de 99.452 matrículas.

Tabela 2 – Matrículas do Ensino Médio em Minas Gerais de 2015 a 2017

Matrículas	2015	2016	2017
Matrícula 1º ano	282.664	300.794	295.360
Matrícula 2º ano	208.643	233.416	231.126
Matrícula 3º ano	174.874	173.292	183.212

Fonte: INEP/Censo Escolar 2015, 2016 e 2017.

Essa redução do número de matrículas evidencia os altos índices de evasão e repetência nesta etapa da educação básica, alvo de políticas públicas no Estado de Minas Gerais, dentre elas a Virada Educação Minas Gerais (VEM), que objetiva uma busca ativa de jovens de 15 a 17 anos em situação de evasão escolar e a aproximação da escola com a juventude, reduzindo assim os índices de reprovação.

Como foi possível verificar há uma variação no quadro de acesso à escola estadual, ora crescente como é o caso do 6º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio e ora decrescente como se apresenta o 3º ano do Ensino Médio. Para garantir a continuidade do ensino e o acesso àqueles que se encontram fora da rede pública é que se torna importante a elaboração do Plano de Atendimento, em Minas Gerais, no cumprimento às políticas públicas, buscando atender de forma complementar a demanda junto aos municípios, em uma distribuição adequada, viabilizando tanto a situação do aluno como das escolas, o estado de Minas Gerais elabora anualmente plano de atendimento escolar. Na próxima subseção será abordada a construção do plano de atendimento.

1.1.1 Plano de Atendimento em Minas Gerais

Dados da Fundação Lemann (2018) indicam que Minas Gerais possui 3.622 escolas estaduais divididas entre urbanas e rurais para o atendimento à educação básica. Em Minas Gerais, o período para a construção anual do Plano de Atendimento Escolar acontece de forma simultânea nas 47 Superintendências Regionais de Ensino. Para garantir a efetividade do Plano de Atendimento faz-se necessário a articulação entre Secretaria Estadual da Educação (SEE), Superintendência Regional da Educação (SRE), Prefeituras Municipais e Secretarias

Municipais de Educação, assim como a participação das comunidades escolares, observando as necessidades de cada município.

A SEE visa a garantia do acesso dos estudantes nas escolas da rede pública. Para viabilizar essa atribuição possui, entre suas subdivisões, a Superintendência de Organização Escolar, que é responsável em orientar as SRE na elaboração do Plano de Atendimento Escolar, com o propósito de reorganizar a rede de ensino para o cumprimento do atendimento aos estudantes.

De acordo com a Resolução do CEE nº 449 (MINAS GERAIS, 2002), é pelo estudo do Plano de Atendimento que será informado ao Conselho Estadual de Educação (CEE/MG) o número de turmas que irão funcionar no estado de Minas Gerais a cada novo ano letivo. Para firmar esse compromisso, a SEE/MG dispõe anualmente das Diretrizes do Plano de Atendimento que direcionam as 47 SRE, do estado de Minas Gerais, a organizarem as escolas estaduais de forma a oferecer as mesmas possibilidades no estudo e na análise que norteiam as propostas que poderão ser feitas pelas escolas.

O Decreto nº 45.849 de 27 de dezembro de 2011 (MINAS GERAIS, 2011) dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação e em sua subseção V trata da Superintendência de Organização e Atendimento Educacional (SOE), descrevendo-a, em seu artigo 25, como responsável por coordenar o planejamento e desenvolvimento de ações voltadas para a universalização das oportunidades educacionais e a organização do atendimento escolar. Nesta etapa a SOE conta com a equipe de Organização Escolar da SRE para

II – Coordenar o atendimento da demanda escolar na rede pública, efetivando a criação, organização e reorganização das escolas estaduais de ensino fundamental e médio nas diferentes modalidades de ensino (MINAS GERAIS, 2011, recurso online).

A SOE possui duas ramificações, sendo uma delas a Diretoria de Planejamento do Atendimento Escolar, que está diretamente vinculada a autorização do plano de atendimento escolar e, como previsto no Artigo 26, faz referência à regulamentação e oferta do atendimento escolar em seus diferentes níveis e modalidade de ensino, elaborando, anualmente, as diretrizes do plano de atendimento de Minas Gerais.

A SRE se subdivide em Diretorias, sendo de responsabilidade da Diretoria Educacional o acompanhamento da elaboração do plano de atendimento. O setor de OAE é o responsável pela elaboração, implementação e execução do plano de atendimento nas escolas. O Decreto traz igualmente as atribuições das SRE, quanto a organização escolar:

Art. 72. A Diretoria Educacional – Áreas A e B – tem por finalidade coordenar, no âmbito regional, o desenvolvimento das ações pedagógicas e de atendimento escolar [...]
I – Organizar as ações que assegurem o atendimento à demanda escolar (MINAS GERAIS, 2011, recurso online).

Cada SRE possui uma equipe de OAE responsável por disponibilizar vagas para o encaminhamento de alunos dentro da rede de ensino, ou seja, entre escolas estaduais, para garantir a continuidade do direito à educação dos alunos oriundos de escolas estaduais e/ou municipais que possuem apenas o Ensino Fundamental, anos iniciais.

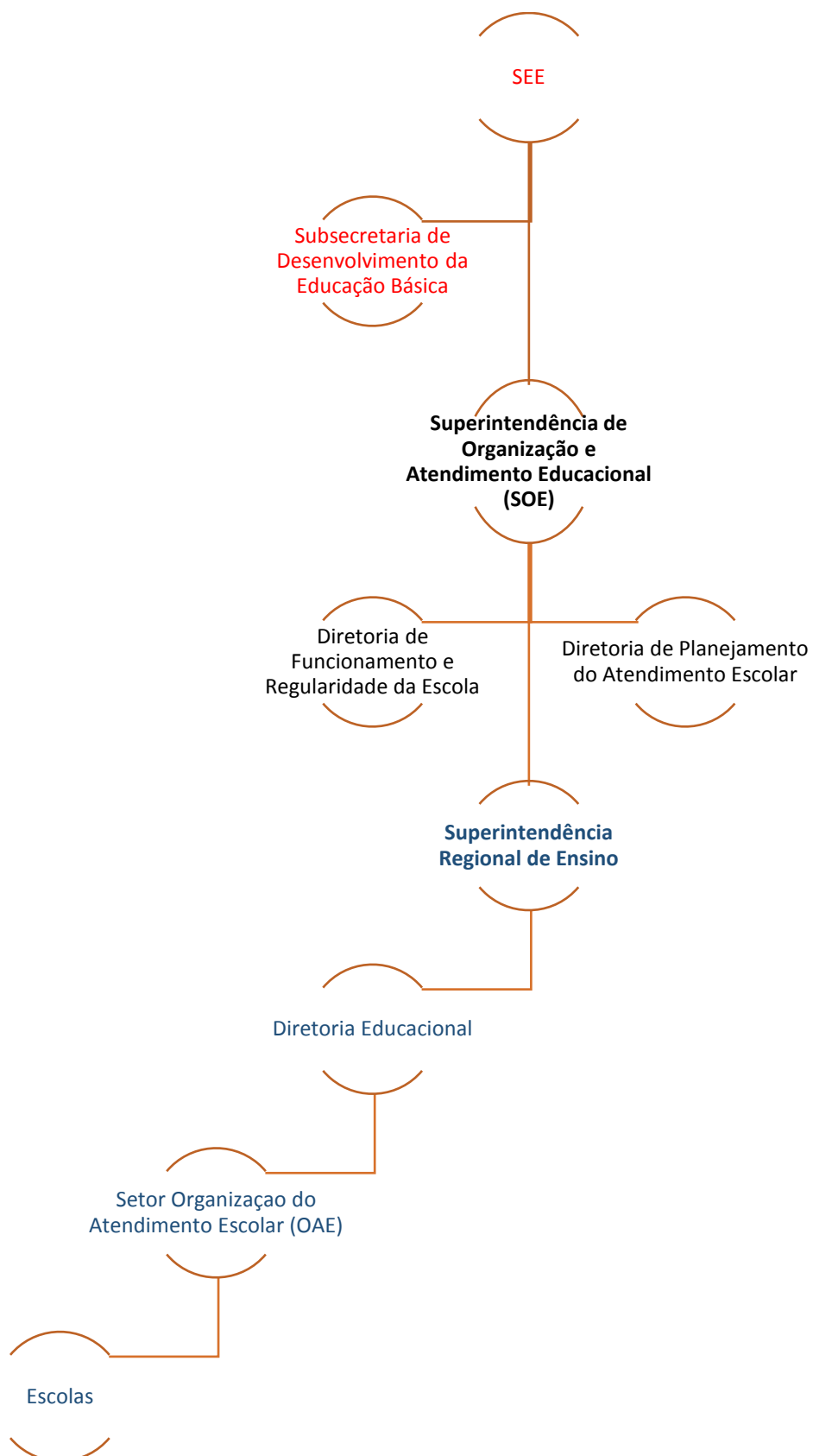
A equipe da OAE, em diálogo com os municípios, tem a obrigação de articular critérios e analisar o resultado do Cadastro Escolar, garantindo vaga a todos os alunos que desejam ingressar na rede, para o Ensino Fundamental. Assim como elaborar o estudo do fluxograma das escolas, verificando a capacidade física da escola, a localização dos prédios escolares, quadro de pessoal e o número de alunos por turma.

A Resolução SEE nº 3.660, de 1º de dezembro de 2017, que estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na Rede Estadual de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação a partir de 2018, determina em seu anexo II critérios para composição de turma, esclarecendo que a enturmação deverá observar para o Ensino Fundamental os seguintes parâmetros legais, anos iniciais – 25 alunos por turma –, anos finais – 35 alunos por turma – e Ensino Médio 40 alunos por turma (MINAS GERAIS, 2017b).

A efetividade do Plano de Atendimento está vinculada à articulação de diferentes instâncias como as SRE, Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação, bem como a participação de todos e a observância das particularidades de cada município e suas responsabilidades com política educacional.

O processo de elaboração do Plano de Atendimento conta com a participação dos diretores de escola, inspetores escolares e equipe de OAE, visando dar regularidade e continuidade na vida escolar do aluno e assegurando a garantia do direito de conclusão de nível/curso ou transferência. O organograma do Plano de Atendimento é apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Organograma do Plano de Atendimento



Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações retiradas da SEE/MG (MINAS GERAIS, 2018, recurso online).

O cadastro escolar surge para regularizar e garantir o direito à educação, já que com a massificação do ensino houve aumento da demanda, a qual a oferta não acompanhou devido à falta de planejamento adequado. Em 1976, ano em que Minas Gerais inicia o cadastro escolar, “[...] a falta de planejamento evidenciava-se nas vagas tornadas disponíveis e não utilizadas. Cerca de 20% das vagas oferecidas permaneceram sem ocupação apesar de, em muitas regiões, as vagas oferecidas serem insuficientes para atendimento da demanda.” (PINTO, 1999, p 141).

Com o cadastramento escolar é possível analisar de forma mais ampla as demandas a serem atendidas pelo município, as regiões de maior crescimento populacional em idade escolar, a racionalização dos recursos e reorganização do planejamento.

1.1.2 Plano de Atendimento na Metropolitana A

A SRE Metropolitana A, em Belo Horizonte, atende as regionais Centro-Sul, Leste e Nordeste e mais 17 municípios em sua circunscrição², totalizando 148 escolas (98 escolas nas regionais de Belo Horizonte e 51 nos municípios).

Para o entendimento da dinâmica do Plano de Atendimento, é preciso atentar que existem momentos diferenciados na movimentação do percurso escolar do aluno. Assim, o aluno do ensino fundamental inicia seu percurso escolar na rede pública por meio i) do Cadastro Escolar – para o aluno que está iniciando na rede pública de ensino; ii) por Remanejamento quando o aluno está em continuidade, mas que precisa ser remanejado de escola que só possui anos iniciais, neste caso o encaminhamento é feito entre escolas das redes, levando em consideração sempre o critério de zoneamento e ainda; iii) o sistema de encaminhamento ao Ensino Médio será utilizado no município de Belo Horizonte e nos demais será encaminhamento entre escolas das redes o aluno que fará mudança de nível do Ensino Fundamental para o Ensino Médio.

O Plano de Atendimento acontece anualmente em parceria com os municípios, garantindo o acesso à escola para todos os alunos que estão em

² Os municípios são os seguintes: Barão de Cocais, Belo Vale, Bom Jesus do Amparo, Bonfim, Brumadinho, Caeté, Catas Altas, Crucilândia, Moeda, Nova Lima, Nova União, Piedade dos Gerais, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Sabará e Santa Barbara (MINAS GERAIS, 2003a).

continuidade escolar e para aqueles que estão fora da rede. A equipe de Organização do Atendimento Escolar (OAE), da SRE metropolitana A, planeja a organização escolar para o ano posterior, contando com a participação dos gestores escolares e inspetores escolares.

Durante o Plano de Atendimento é efetuado levantamento para verificar o número de vagas que haverá disponível nas escolas estaduais. O setor de OAE que consolida o número de vagas a serem ofertadas e em quais escolas estaduais poderão ser disponibilizadas, associando demanda e oferta, por isso o encaminhamento de alunos do Ensino Fundamental ocorrerá sempre concomitante à consolidação do plano.

O zoneamento é um aspecto essencial, uma vez que define a escola a ser frequentada pelo aluno, seguindo os critérios previstos na Resolução do Cadastro Escolar.

O critério do zoneamento é fundamental para a efetividade do Plano de Atendimento, pois garante a ampliação do acesso da família à escola, uma vez que a proximidade permite maior participação da família na rotina da escola. Pode-se ainda refletir que como não havia uma preocupação com o planejamento para a construção das escolas, o resultado é regiões com muita oferta de vagas e muitas escolas próximas e regiões com escassez de vagas por falta de escolas.

Um bom exemplo de escassez de vaga em algumas regiões é o caso da Escola Estadual Bolívar Tinoco Mineiro, localizada na região nordeste de Belo Horizonte. A escola possui 23 salas de aula, atende a comunidade escolar nos três turnos (manhã, tarde e noite), ofertando o ensino regular nas modalidades Ensino Fundamental de anos iniciais até o Ensino Médio preferencialmente no turno diurno, já a modalidade EJA e curso profissionalizante no turno noturno (SIMADE, 2018).

Essa é uma região que pode ser considerada descoberta por ser alcançada por uma única escola estadual. Foi possível analisar a região, usando como recurso o mapa de jurisdição do geoprocessamento municipal de Belo Horizonte e pode-se verificar o distanciamento entre as escolas. A Escola Municipal Hebert José de Souza, que oferta os anos iniciais do Ensino Fundamental é a mais próxima, localizada na divisa das regionais norte/nordeste e está a 1,4 km de distância; outra opção para o aluno cursar os anos finais do Ensino Fundamental seria a Escola

Municipal Paulo Freire na jurisdição nordeste, a 1,6 km de distância (MAPA DAS JURISDIÇÃO/BH, 2018).

A EE Bolívar Tinoco apresenta lista de espera, que se potencializa devido a distância das outras escolas no entorno e pela ausência de espaço físico que impossibilita o aumento de salas de aula. No Tabela 3 é apresentado o número de turmas e alunos, assim como as modalidades de ensino ofertadas pela escola num breve recorte que vai de 2015 a 2018.

Tabela 3 – EE Bolívar Tinoco Mineiro – número de turmas e alunos de 2015 a 2018

2015		2016		2016		2018	
Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos
22	763	21	751	23	775	22	755
22	633	24	698	24	744	25	802
09	294	12	380	18	516	19	544

Fonte: Elaborado pela autora a partir de SIMADE (2018).

Antes que o leitor faça associação entre o aumento significativo de turmas e alunos e a oferta da modalidade EJA e Profissionalizante, é importante informar que as turmas dessas modalidades de ensino não se sobrepõem à oferta do ensino regular nos turnos manhã e tarde.

Vale lembrar que a escola ofertava como modalidade de ensino em 2015 o ensino regular do fundamental anos iniciais e finais e ensino médio. Em 2016 passou a ofertar também a modalidade EJA/Ensino Médio a noite. Em 2017 o estado de Minas Gerais iniciou a oferta de curso profissionalizante em algumas escolas estaduais e a EE Bolívar Tinoco foi contemplada com o curso de enfermagem, que continuou sendo ofertado em 2018.

Um outro ponto discutido pelo Plano de Atendimento é como a redução de matrículas afeta na organização e o quadro de pessoal da instituição o que pode provocar remoção de profissionais do quadro efetivos, no caso do

[...] professor a quem não for atribuída, na escola de lotação, regência de turma ou de aulas, função de Professor para Ensino do Uso da Biblioteca ou de Professor para Substituição Eventual de Docente, ou outras atribuições específicas do cargo em projetos autorizados pela SEE, deverá ser remanejado para outra escola da localidade. (MINAS GERAIS, 2017b, p. 5)

Com a garantia do acesso surgem novas políticas regulamentadoras, diante das muitas *interfaces* e das variadas dimensões a partir do direito à escola, faz-se necessárias novas políticas públicas regulamentadoras, como

[...] a Comissão de Matrícula, composta por integrantes das duas redes de ensino – municipal e estadual – para coordenar o processo que teve como primeira atribuição a criação das jurisdições escolares. (PINTO, 1999, p 141)

O Plano é elaborado de forma distinta entre o município de Belo Horizonte e os demais da circunscrição da metropolitana A. O município de Belo Horizonte possui sistema próprio de cadastro escolar, assim é publicada anualmente Resolução Conjunta SEE/MG e SMED/BH para o município de Belo Horizonte. Para os demais Municípios de Minas Gerais ocorre a publicação de Resolução do Cadastro Escolar do Ensino Fundamental para a rede pública de Minas Gerais, que atende aos demais municípios.

Para os demais municípios vinculados à Metropolitana A, tem-se a Resolução de Cadastro Geral dos Municípios de Minas Gerais, que prevê constituição de Comissão Municipal de Cadastro e Matrícula para discutir as necessidades do município (MINAS, 2018b). Essa comissão é formada por representantes das redes públicas estadual e municipal, tendo como propósito discutir a necessidade local, visando um melhor atendimento à demanda escolar. Sua composição é descrita no Quadro 2.

Quadro 2 - Comissão Municipal de Cadastro

Rede	Representante
Estado	Superintendência Regional de Ensino Diretor de escola Especialista escolar Pais de aluno
Município	Secretário Municipal de Educação Diretor ou Coordenador de escola Professor Pais de aluno Conselho Tutelar Conselho Municipal de Educação

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Minas Gerais (2018b).

Considerando que Minas Gerais possui 853 municípios subdivididos entre 47 Superintendências Regionais de Ensino, tem-se a construção da Comissão

Municipal de Cadastro como importante instrumento para verificar e apontar as necessidades do micro, nessa enorme diversidade.

Um dos objetivos do Plano de Atendimento é garantir a distribuição de vagas considerando o zoneamento. A equipe de OAE junto a equipe de Cadastro Escolar municipal trabalham para assegurar o atendimento à demanda, que tem seus pontos culminantes na entrada do Ensino Fundamental (nos anos iniciais) e no 1º ano do Ensino Médio.

No município de Belo Horizonte, a Resolução de Cadastro conjunta com a rede municipal de educação (SMED), que organiza a entrada nas redes levando em conta o critério do zoneamento, é publicada anualmente dispendo sobre as orientações para o cadastramento. Outro instrumento é a utilização dos dados do sistema SIMADE na elaboração do Plano de Atendimento e como esses são ferramentas necessárias na elaboração e implementação do plano no que trata a análise e a informação do andamento da escola.

A Resolução de cadastro prevê em seu artigo 7º que o encaminhamento para matrícula dos candidatos inscritos pelo Cadastro Escolar para ingresso na rede pública estadual e municipal de educação de Belo Horizonte obedecerá, prioritariamente, ao zoneamento escolar.

Conforme previsto na Resolução Conjunta SEE-MG/SMED-BH nº 5 de 9 de maio de 2018, o Cadastro Escolar será coordenado pela Comissão do Cadastro Escolar, constituída por representantes da SEE/MG, SRE e SMED. É de responsabilidade dos pais a inscrição do candidato ao Ensino Fundamental pelo formulário eletrônico disponibilizado na internet, no portal da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no período de divulgação correspondente.

Cabe à Comissão do Cadastro escolar informar, por correspondência, ao candidato inscrito, o nome da escola em que deve efetuar a matrícula. No ato da matrícula os pais devem comprovar o endereço declarado no formulário, obedecendo a prioridade do zoneamento escolar previsto no artigo 7º da resolução de Cadastro. Ao candidato que não residir no endereço informado, não está assegurada vaga em escola da jurisdição correspondente, podendo ser alocado em outra escola onde houver vaga (MINAS GERAIS, 2018a).

A garantia do acesso ao Ensino Médio em Belo Horizonte, diferentemente do Ensino Fundamental, é realizada pelo Sistema de Encaminhamento ao Ensino

Médio. Um sistema *online*, próprio da SEE/MG, criado pela Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Prodemge), com o objetivo de encaminhar para o Ensino Médio os alunos oriundos do 9º ano das escolas da rede municipal de Belo Horizonte e daquelas escolas estaduais que não possuem o nível de Ensino Médio. Nos demais municípios os alunos permanecem em continuidade, visto que a maioria das escolas possuem os dois níveis de ensino (EF e EM), ou são encaminhados entre escolas.

Para a matrícula no Ensino Médio dos concluintes do Ensino Fundamental da rede pública estadual, tem-se como critério a continuidade na mesma escola, quando esta oferecer o Ensino Médio.

As escolas municipais e as estaduais de Belo Horizonte que não ofertam o Ensino Médio devem proceder à garantia de vaga pelo Sistema *online* de encaminhamento ao Ensino Médio. É apresentada aos pais ou responsáveis catálogo de vagas das escolas da rede pública estadual, que ministram o Ensino Médio para que o aluno escolha, onde haverá disponibilidade de vagas, em ordem de preferência, quatro escolas, respeitando alguns critérios: I – o encaminhamento será feito respeitando o limite de vagas e a ordem de preferência e de idade. II – se o aluno não for atendido em nenhuma das quatro opções, serão encaminhados, preferencialmente, para as escolas de mais fácil acesso, onde houver vagas (MINAS GERAIS, 2018a).

O Plano de Atendimento viabiliza a garantia do acesso à escola e assegura atendimento à comunidade escolar nas modalidades de ensino em que haja demanda comprovada, de forma planejada para que não ocorra escolas com excesso de alunos, salas de aula lotadas, ou, ao contrário disso, escolas com escassez no atendimento, prédios funcionando em um único turno, salas de aulas ociosas. A organização tem o sentido de equilibrar para atender à demanda, modificando quando necessário a modalidade de ensino, buscando sempre o atendimento à comunidade do entorno da escola.

O Plano é elaborado de forma distinta entre o município de Belo Horizonte e os demais municípios da circunscrição da Metropolitana A. Isso acontece pelo município de Belo Horizonte ter um sistema próprio de cadastro escolar. Então são publicadas, anualmente, duas Resoluções: a Resolução Conjunta SEE/MG e SMED/BH para o município de Belo Horizonte, e a Resolução do Cadastro Escolar

do Ensino Fundamental comum aos demais municípios da rede pública de Minas Gerais.

1.1.3 Etapas do Plano de Atendimento na Metropolitana A

A cada ano, são divulgadas, pela Superintendência de Organização Escolar (SOE), as Diretrizes do Plano de Atendimento e a Resolução de Cadastro, que norteiam a análise das propostas que poderão ser feitas pelas escolas. A partir daí, é elaborado um cronograma de reuniões com todas as escolas. Em Belo Horizonte, as reuniões acontecem na própria SRE, por regional e em blocos de proximidade entre as escolas. Nos municípios da circunscrição da SRE é a equipe de OAE que se desloca até o município (MINAS GERAIS, 2017a).

Na construção do plano, a equipe de OAE deve atentar-se para a facilidade de acesso à escola pelo aluno, para existência de espaços físicos adequados para comportar o número de alunos previstos e de pessoal habilitado para atuar em cada escola. O estudo é feito pela equipe de Organização do Atendimento Escolar (OAE), que analisa a facilidade de acesso à escola pelo aluno e existência de espaços físicos adequados para comportar o número de alunos. É o momento em que se discute as necessidades da instituição escolar no que se refere a sua organização de turmas e alunos, aumento ou diminuição de turmas, ampliação ou extinção de modalidade de ensino conforme solicitado pelas escolas e pelas comissões municipais de cadastro, via ofício. Após levantamento desses dados, a equipe de OAE elabora um consolidado. O consolidado é a montagem do documento final, que se tornará o Plano de Atendimento da SRE. Nele são dispostas todas as necessidades das escolas trazidas em reunião, após análise e estudo da equipe de OAE, Gestores e Inspectores.

Como descrito no Quadro 3, a equipe da OAE inicia o trabalho em junho de cada ano letivo. A equipe elabora cronograma de reuniões para as escolas de Belo Horizonte e demais Municípios. Em Belo Horizonte as escolas são distribuídas em blocos de proximidade por regional, buscando garantir que o aluno tenha sua matrícula efetuada o mais próximo de sua residência, assegurando o que está previsto na Resolução do Cadastro. Participam da reunião do Plano de Atendimento os gestores e inspetores escolares.

Quadro 3 - Etapas da construção do Plano de Atendimento.

Ações	Participantes	Período	Objetivo
Publicação Resolução Cadastro Escolar	SEE/MG SMED/ BH	Maio	Normatização para a realização do Cadastro Escolar do EF.
Inscrição do Cadastro Escolar	SMED/BH Pais e/ou responsáveis	Junho	Inscrição dos alunos que se encontram fora da rede pública de ensino.
Reuniões	Gestor Escolar Inspetor Escolar Equipe OAE Comissão Municipal de Cadastro	Julho e Agosto	Levantamento de dados: nº. de turmas e alunos, vagas escolares, demandas nas unidades escolares.
Consolidação do Plano de Atendimento	Equipe de OAE	Setembro	Elaboração do documento a ser entregue na SEE/MG
Reunião de entrega do Plano de Atendimento	Equipe de OAE Superintendente da SOE Superintendente da SER	Final de setembro	Discussão das propostas elaboradas pela SRE
Publicação do Parecer técnico	CEE	Novembro	Publicação das propostas a serem efetivadas pela SEE/MG no ano seguinte, em acordo com o Plano de Atendimento Escolar.
Encaminhamento do Ensino Médio	Equipe de OAE Escolas Municipais de EF anos finais	Outubro e novembro	Assegurar aos alunos concluintes do EF matrícula no EM.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Minas Gerais (2017b).

No primeiro momento há a explanação das demandas das escolas, os gestores assinalam as propostas necessárias para o ano seguinte como extensão de séries, ampliação de turmas, implantação de Educação de Jovens e Adultos (EJA), implantação de Ensino Médio. Num segundo momento, cada escola, representada pelo gestor e inspetor escolar, analisa, junto à equipe da OAE, o fluxograma da escola de acordo com dados do SIMADE, informando o número de turmas e alunos em cada ano/série, em acordo com a previsão da Resolução nº 3.660/2017 que dispõe para turmas do Ensino Fundamental de anos iniciais até 25 alunos, para Ensino Fundamental de anos finais até 35 alunos e para Ensino Médio até 40 alunos. (MINAS GERAIS, 2017b).

Feito o levantamento de números de alunos em cada turma em ajuste com o proposto na Resolução, verificam-se possíveis alterações efetuadas pela escola como: troca de turno, diminuição ou aumento de turmas intermediárias, presença de aluno especial (que reduz o número de alunos por turma) e metragem de sala abaixo do padrão.

Nos municípios, a reunião junto a Comissão Municipal de Cadastro faz um estudo das necessidades das escolas. A comissão é respaldada por resolução e suas propostas são encaminhadas para análise e parecer da SEE/MG.

Efetuada o levantamento desses dados, a equipe de OAE elabora um consolidado, que é a montagem do documento, que se torna o Plano de Atendimento da Metropolitana A. Nele são dispostas todas as necessidades das escolas (extensão de séries, extinção de gradativa, implementação de modalidade de ensino, ampliação de turmas, redução de turmas) trazidas em reunião, após análise e estudo da equipe de OAE. Além disso, o Plano de Atendimento é composto de quadros informativos com dados da jurisdição da SRE A, quadro de número de turmas atendidas no ano vigente e previsão para o ano seguinte, turmas que funcionam em 2º endereço, quadro com propostas de organização/expansão do atendimento (extinção, encerramento, implantação de modalidade), propostas para a educação integral do Ensino Fundamental e para educação integral e integrada do Ensino Médio.

Esse trabalho acontece até o mês de agosto, quando então é consolidado o Plano de Atendimento e apresentado à SEE/MG no fim de setembro. Após a elaboração do documento pela equipe da OAE, o plano é apresentado à SOE com participação da Superintendente da Organização Escolar de Minas Gerais, Diretoria de Organização Escolar, representantes da SRE A (diretora educacional, superintendente e equipe da OAE), onde é feita uma discussão final do plano apresentado. Após a entrega do plano à equipe da SOE, esse deve ser encaminhado para instâncias superiores da SEE/MG para ser analisado. Nesta etapa participam o Secretário Estadual de Educação, a Superintendente da Organização Escolar e a Subsecretária, que juntos irão avaliar e autorizar as propostas que estão em acordo com o planejamento da SEE/MG para o ano seguinte.

O resultado final do plano é disponibilizado pela SEE/MG em novembro. A devolutiva pode apresentar itens com aprovação ou reprovação daquilo que foi proposto, o plano é devolvido à SRE para divulgação às escolas. A SEE/MG também disponibiliza nota técnica ao CEE sobre as autorizações aprovadas para o ano posterior, conforme dispõe o §2º do artigo 16 da Resolução CEE nº 449/02. O CEE publica anualmente parecer com as propostas aprovadas.

Com bases nos dados do Plano de Atendimento a SEE/MG autoriza no sistema SIMADE o número de turmas que cada escola deverá ofertar no ano seguinte. Inicialmente, é feito o levantamento de quantas turmas a escola deve oferecer nos anos intermediários, ou seja, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º anos do Ensino Fundamental e o 2º e 3º anos do Ensino Médio, isso para atender o critério de continuidade dos estudos nos estabelecimentos que já estão matriculados, como previsto na LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

A abertura de novas turmas, ou seja, 1º e 6º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio é feita em acordo com o número de turmas que estão sendo concluídas, mantendo assim o comporta da escola. Em Minas Gerais, usa-se a expressão “comporta da escola” para se referir ao número de turmas que a escola pode ofertar. É a partir do comporta da escola que são definidos os recursos humanos necessários para o funcionamento da escola como: professores, especialistas, auxiliar de serviços gerais, auxiliar técnico da Educação Básica, vice-diretor. Conforme previsto no anexo II, da Resolução nº 3.660, de 1º de dezembro de 2017. (MINAS GERAIS, 2017a)

A importância do estudo do fluxograma é garantir aos alunos, em curso, o direito a continuidade e levantar o saldo de vagas, que a escola terá como entrada que são 1º e 6º anos do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio.

A partir desse entendimento, é importante frisar que as vagas para o Ensino Fundamental das escolas estaduais são computadas e enviadas para o cadastro escolar municipal, que irá utilizá-las no atendimento às inscrições do cadastro escolar. É de competência do município a garantia do Ensino Fundamental, é ele o responsável pelo cadastro escolar, o Estado irá suplementar o atendimento, naqueles municípios que não conseguiram atingir a municipalização do Ensino Fundamental.

O Ensino Médio, em sua totalidade é de responsabilidade do Estado. Na Tabela 4, é possível verificar o aumento de matrículas do Ensino Médio, isso ocorre pois além dos alunos em continuidade das escolas estaduais, há a demanda dos concluintes do ensino fundamental da rede municipal de ensino.

Tabela 4 - Concluintes do EF encaminhados para Ensino Médio 2015-2017 na SRE Metropolitana A

Ano	Número de concluintes do Ensino Fundamental na rede Estadual	Número de concluintes do Ensino Fundamental na rede Municipal
2015	8.943	7.359
2016	8.747	6.367
2017	8.243	5.036

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos Planos de Atendimento da SRE Metropolitana A 2015,2016 e 2017.

As vagas para o Ensino Médio são ofertadas pelo sistema de encaminhamento ao Ensino Médio. As escolas da rede pública de Ensino Fundamental, que não possuem o nível de Ensino Médio, irão divulgar aos pais e responsáveis a Ficha Modelo I. Essa ficha será preenchida, e os pais deverão optar por quatro escolas que possuem Ensino Médio. O sistema será então alimentado com esses dados escolhidos pelos pais e ao final do mês de novembro os alunos serão encaminhados *online* para uma das escolas de preferência.

1.2 OS DESAFIOS NA EXECUÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO DA METROPOLITANA A

Nessa subseção será apresentado o relato de como ao longo dos anos a equipe responsável pelo estudo e elaboração do plano vem percebendo muitas fragilidades na execução do Plano de Atendimento. Muitos pontos vivenciados atualmente são repetições ao longo dos anos em se tratando de acesso escolar.

O município de Belo Horizonte foi pioneiro no Brasil quanto ao processo de utilização do Cadastramento Escolar para o acesso. A criação do Decreto n 22.528 de 2 de abril de 1974 (BELO HORIZONTE, 1974) foi justificada pela necessidade de dados precisos e atualizados para a formulação de projetos e a execução de programas com objetivos definidos e avaliados corretamente.

Os objetivos iniciais do Cadastro Escolar eram: 1 – dar a conhecer ao Poder Público, com a antecedência necessária, a demanda real de matrícula em cada região do município. 2 – reorganizar a rede escolar de modo a racionalizar a utilização dos recursos, provendo sua expansão nas regiões carentes de unidades escolares. 3 – conscientizar a população quanto à importância da inscrição prévia, permitindo o planejamento do atendimento em tempo hábil. (PINTO, 1999, p. 141)

Nesse contexto, segundo Pinto (1999), as inscrições para o cadastramento escolar foram inicialmente efetuadas diretamente nas escolas públicas, com a participação da 1ª Delegacia Regional de Ensino (SEE/MG). “A partir do levantamento dessas informações a Comissão de Matrícula organizava o atendimento e apontava as necessidades de reestruturação da rede física.” (PINTO, 1999, p 142).

O planejamento escolar passou por diferentes modalidades de tratamento da informação de dados, como se verifica no Quadro 4 e é até hoje um processo em evolução.

Quadro 4 - Evolução do Cadastro Escolar em Belo Horizonte

Período	Local de inscrição
1976-1988	Escolas Municipais e Estaduais
1989-1992	Escolas Municipais e Estaduais
1993-1999	Correios
1999-2016	Correios
2017	Inscrição <i>online</i>

Fonte: Pinto (1999) com adaptações.

Mesmo com todo estudo para melhorias, ainda há muitos desafios a serem vencidos no que se refere a implementação do que é planejado para alocar os alunos na escola, desafios que ultrapassam a garantia do acesso.

Um ponto contundente reside no desenho e implementação de políticas públicas da educação, que surgem posteriores à elaboração e fechamento do plano e que são autorizadas após o início do ano letivo. Outro ponto desafiador é a mobilização das famílias em busca de escolas consideradas de melhor qualidade, além disso, há o fluxo comum de migração para escolas da regional centro-sul por fatores diversos que serão considerados no capítulo a seguir. Essa desarticulação inviabiliza a eficiência e a eficácia na execução do plano, tornando-o muitas vezes

maleável a ponto de não cumprir com exatidão o pressuposto legal das Diretrizes do Plano.

A fragilidade na execução do Plano de Atendimento reside no desenho e implementação de políticas públicas da educação tais como a Campanha VEM, o Projeto Telessala, a Educação integral e a Educação integral integrada.

A Campanha VEM (Virada Educação Minas Gerais), que acontece anualmente desde 2015, tem como objetivo trazer de volta para a escola o jovem em situação de evasão. É um chamado, um processo de busca ativa dos jovens, sobretudo os de 15 a 17 anos, que por algum motivo abandonaram a escola, para a ela retornarem. Os interessados se inscrevem em um formulário *online* no site da SEE/MG, geralmente no mês de novembro, indicando o ano de escolaridade e qual escola pretendem frequentar no ano letivo seguinte. Durante esse período há um aumento anual de aproximadamente 1.200 alunos a serem matriculados fora do planejamento. Isso totaliza em torno de 30 turmas, a situação se agrava ao considerarmos que esses candidatos a serem inscritos estão em diferentes zoneamentos (MINAS GERAIS, 2016).

O Projeto Telessala busca atender alunos em distorção idade série. A escola terá autorizadas turmas de no máximo 25 alunos. O projeto tem início em maio e a listagem com as escolas contempladas com o projeto é disponibilizada após o fechamento do Plano de Atendimento, o que muitas vezes inviabiliza o projeto, por falta de espaço físico, o que não aconteceria com o planejamento, pois haveria sala ociosa para o atendimento à demanda da comunidade escolar.

Já a Educação Integral representa, para a SEE, a opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. A escola precisa ter salas de aula ociosas no contra turno para fazer o atendimento integral. Novamente há um impasse no momento do planejamento, muitas escolas deixam de utilizar o espaço físico, sem a garantia da implantação do projeto.

Coadunando com a perspectiva da Educação Integral, a Educação Integral e Integrada destina-se aos estudantes do Ensino Médio, em escolas previamente selecionadas pela SEE/MG conforme requisitos do MEC, e propõe a distribuição de disciplinas do currículo comum e dos campos de integração curricular durante 7 horas diárias. Nas escolas com esse projeto há uma redução de oferta de vagas,

pois o aluno permanecerá no contra turno. Dessa forma, as salas de aula que antes estavam disponíveis para provimento de vagas do ensino regular estão comprometidas com o projeto.

Como essas políticas são elaboradas em momentos diferentes do ano letivo e não coincidem com o período de estudo do Plano de Atendimento, acabam por interferir na sua estrutura e efetivação, demandando novas análises quanto a espaço físico, profissionais, vagas ofertadas e mudança de turno. A Tabela 5 apresenta os projetos que influenciam na implantação do Plano de Atendimento, por serem desarticulados do processo de elaboração deste.

Tabela 5 - Modificações no Plano de Atendimento 2017/2018

	Previsão no Plano de Atendimento	Nº não previsto de turmas
Número de Turmas	2998	-
Telessala nº turmas	0	65
Inscrição da Campanha VEM	0	25

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SEE/MG (2017).

Esses aumentos de turma acabam por provocar alterações como aumento de turma, remanejamento de turmas entre escola e mudança de turno que geram transtornos constantes para a equipe que precisa cumprir prazos e exigências legais. O que gera acúmulo de atribuições no setor, comprometendo o fluxo das demais escolas e conseqüentemente alterando o quadro dos servidores e a organização tanto das escolas estaduais como municipais.

Em 2018, a SRE A autorizou 2.998 turmas entre as 149 escolas de sua jurisdição. Entretanto, entre os meses de janeiro e abril de 2018 recebeu 202 pedidos de alteração no Plano de Atendimento, como aponta a Tabela 6. O aumento de turma é a última opção da escola, pois ele influencia diretamente no comporta disponibilizado para metropolitana. O remanejamento na mesma escola acontece quando a escola muda seu próprio fluxograma. Para aumentar uma turma, ela reduz outra, o que não gera alteração no comporta da escola. O remanejamento entre escolas ocorre quando há redução de uma turma que não foi criada por uma determinada escola, e esta é remanejada para outra escola. Neste caso, há alteração do comporta das duas escolas.

Tabela 6 - Alterações efetuadas no Plano de Atendimento no período de janeiro a abril de 2018

Solicitação	Número de Turmas
Aumento de turma	20
Remanejamento na mesma escola	70
Remanejamento entre escolas diferentes	25
Mudança de turno	80

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do setor Divae/SEE/MG (2018).

Esse descompasso gera desorganização em muitas escolas, por exemplo, o ocorrido no projeto Telessala para o ano de 2018, pois não havia previsão para abertura de turmas no Plano de Atendimento. Em março, após início do ano letivo a SEE/MG autoriza 65 novas turmas, dessas somente 33 salas foram abertas. Isso ocorreu por não haver espaço físico em muitas das escolas, o que demonstra a falta de articulação entre a SEE e a SRE, não houve um trabalho conjunto, um levantamento de dados com precisão.

Um outro ponto frágil para o Plano de Atendimento é que mesmo com as orientações das Diretrizes do Plano de Atendimento alguns diretores não seguem o estabelecido e acabam prejudicando a organização escolar de outra escola próxima. Por que isso acontece? Uma hipótese seria garantir maior número de profissionais no quadro da escola, uma vez que número de matrículas influencia diretamente na quantificação de especialistas do quadro de pessoal da escola, conforme orientação da Resolução da SEE/MG nº 4.112, 2019 (MINAS GERAIS, 2019) apresentada na Tabela 7.

Tabela 7 - Numero Especialista em Educação Básica

Turmas	Número de Matrículas	Quantitativo
Até 12	360	1
De 13 a 24	361 a 720	2
De 25 a 36	721 a 1080	3
De 37 a 49	1081 a 1470	4
De 50 a 61	1471 a 1830	5
De 62 a 76	1831 a 2280	6
Acima de 76	Acima de 2280	7

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Minas Gerais (2019).

É possível associar o excesso de matrículas efetuadas pela escola com a questão da mobilidade familiar. A escola conta com a mobilização dos pais que

buscam escolas de preferências, por razões diversificadas, o que acaba interferindo no plano de atendimento.

O Tabela 8 vem exemplificar a mobilidade familiar e o descumprimento do zoneamento a partir de análise comparativa dos endereços dos alunos matriculados no 6º ano da EE Barão de Macaúbas, na região centro-sul de Belo Horizonte, em 2019.

Tabela 8 - Zoneamento: Norma Burlada

ESCOLA	ALUNOS MATRICULADOS NO 6º ANO EF	ALUNOS COM ENDEREÇO FORA DO ZONEAMENTO PREVISTO
EE Barão Do Rio Branco	350	299

Fonte: Elaborado pela autora a partir de SIMADE (2019).

A EE Barão de Macaúbas está localizada na região centro-sul do município de Belo Horizonte, precisamente no bairro Savassi. A escola oferta o Ensino Fundamental de anos finais e recebe alunos oriundo da EE Bueno Brandão, de anos iniciais no mesmo bairro. O entorno são os bairros: Funcionário, Serra, Cruzeiro, Anchieta, Santo Antônio, São Pedro e Lourdes, nos quais o atendimento é ofertado, mas que poderiam ser considerados dentro do zoneamento em caso de a demanda superar a oferta. Porém o constatado é que os endereços dos alunos fora do zoneamento são de bairros de outras regionais, inclusive fora da circunscrição da SRE A.

Outra evidência da mobilidade dos pais pode ser analisada na Tabela 9, que compara os o número de alunos encaminhados pelo cadastro, para matrícula do 1º ano do Ensino Fundamental nas escolas estaduais em 2019 e o número de matrículas efetivadas.

Tabela 9: Comparação entre alunos encaminhados X matrículas efetivadas

Regional	Escola	Nº alunos encaminhados para 1º ano EF	Matrículas efetivadas	Saldo (excesso ou déficit)
CENTRO SUL	EE Bueno Brandão	42	117	75 excessos
	EE Afonso Pena	35	75	40 excessos
	Instituto de Educação de Minas Gerais	0	66	66 excessos
LESTE	EE Sagrada Família I	46	14	32 déficits
	EE Cel. Vicente Torres Junior	39	50	11 excessos
	EE Engenheiro Silvio Fonseca	66	104	38 excessos
NORDESTE	EE Laudieme Vaz de Melo	40	5	35 déficits
	EE Pero Vaz de Caminha	144	15	129 déficits
	EE Prof. José Ribeiro Filho	82	104	22 excessos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de SIMADE e Cadastro Municipal da SMED/BH (BELO HORIZONTE, 2019).

A Tabela 9 aponta o excesso de matrículas além do previsto pelo Cadastro em algumas escolas e mostra como a mobilidade familiar e o descumprimento do encaminhamento provocam subutilização de algumas escolas e superlotação de outras.

Por meio do Plano de Atendimento é possível fazer uma análise das escolas que apresentam demanda muito baixa e que podem ser utilizadas para atender necessidades mais urgentes da comunidade local. Pensando nisso as equipes da SRE e da SMED discutem a possibilidade de paralização da escola, ou mesmo a possibilidade de o prédio ser repassado para o município em forma de cessão, buscando melhor atender as necessidades da comunidade escolar do entorno.

Esse processo da rearticulação de escolas é ponderado a partir da necessidade local, visto que as escolas, inicialmente, não tiveram um planejamento no momento de sua criação o que provoca sobrecarga em algumas regiões enquanto outras tornam-se subutilizadas.

Exemplo disso é a EE Mariano de Abreu, na região nordeste de Belo Horizonte, que oferta os anos iniciais do Ensino Fundamental. No que se refere à sua infraestrutura, possui 10 salas de aula, com capacidade para atender 250 alunos por turno. Entretanto, por estar localizada em uma região em que há a 550m de distância uma escola municipal que oferta o Ensino Fundamental dos anos iniciais e

finais, entre os anos de 2015 e 2017 a escola funcionou apenas no turno matutino, atendendo em média oito turmas, sendo 139 alunos em 2015; 174 alunos em 2016 e 239 em 2017. (SIMADE, 2018).

No plano de atendimento 2017/2018, diante dessa subutilização da escola, a equipe de organização escolar da SRE junto a equipe da SMED/BH fez o estudo da proposta de cessão do prédio para que a rede municipal pudesse atender a demanda local de Educação Infantil, implantando no local uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI). Para que possa haver cessão, são analisadas as possibilidades do remanejamento dos alunos do Ensino Fundamental para escolas próximas da rede municipal, bem como a realocação dos alunos em outras escolas estaduais. Já em âmbito municipal, o prefeito deve enviar ofício à SRE informando a intenção da cessão e a finalidade para o uso do prédio. O pedido passa a fazer parte do documento Plano de Atendimento e será discutido na SEE/MG.

Foi feita toda a discussão e o levantamento das possibilidades de remanejamento. Entretanto, no momento de consolidar o plano de atendimento, incluindo a cessão da escola para o município, foi decidido, ainda na esfera da SRE, que a proposta não iria fazer parte do plano, sem que houvesse alguma justificativa.

Ao longo dos anos estudos e propostas de outras escolas fizeram parte do plano de atendimento e foram considerados inviáveis, não sendo operacionalizadas no plano de atendimento.

No Quadro 5 são descritas algumas escolas, localizadas nas diferentes regionais, com seus problemas e propostas saneadora. O quadro apresenta um estudo técnico elaborado pela equipe de organização do atendimento escolar, que apesar de terem sido consideradas inviáveis, foram previstas nos planos de atendimento.

Quadro 5 – Estudo técnico de possíveis rearticulações.

Regional	Escola	Problema	Proposta
Centro-Sul	EE Augusto Lima	Diminuição nas matrículas de entrada, indicativo de desinteresse pela escola. Evasão escolar.	Extinção gradativa.
	EE Prof. José Mesquita	Escola em área de risco.	Extinção dos anos iniciais. As turmas dos anos iniciais serem encaminhadas para a EE Dona Augusta que atende somente anos iniciais e possui rede física para o atendimento.
	EE Dulce Pinto	Anos Iniciais Utiliza 1 turno apenas	Demanda pode ser absorvida por escolas do entorno.
Leste	EE Sagrada Família I	Localização limítrofe com o município de Sabará. Escola subutilizada pelo município de Belo Horizonte.	A escola poderá fazer parte do cadastro municipal de Sabará devido a sua localização limítrofe.
Nordeste	EE Benjamin Guimarães.	Anos iniciais Prédio alugado Não há área externa. Os alunos ficam no andar do prédio, sem cantina, sem pátio.	Demanda pode ser absorvida pela rede municipal e estadual do entorno.
	EE Izabel da Silva Polck	Há mais demanda de Ensino Médio que oferta.	Extinção gradativa do Ensino Fundamental dos anos iniciais, cuja demanda pode ser absorvida pela EE Major Delfino.
	EE Pero Vaz de Caminha	Demanda reduzida na entrada. Prédio com 16 salas de aula por turno, utilizando apenas 9 em dois turnos	Pode absorver a demanda da EE Mariano de Abreu

Fonte: Tabela criada pela autora com base nos dados do SIMADE (2019).

É possível inferir no Quadro 5 que os problemas de violência, evasão e desinteresse por determinada escola perpassam pelas diferentes regionais assistidas pela SRE Metropolitana A. A diminuição do número de turmas e alunos

também evidencia a necessidade de rearticulação em algumas escolas, como apresenta a Tabela 10.

Tabela 10- Total de alunos matriculados na escola entre 2015-2018

Escola	2015	2016	2017	2018
EE Augusto de Lima	350	342	215	197
EE Pero Vaz de Caminha	217	230	186	186
EE Julia Lopes	257	198	180	226

Fonte: SIMADE (2019)

As escolas descritas na Tabela 10 estão apresentando uma demanda de matrículas muito aquém da sua capacidade de oferta. A EE Pero Vaz possui prédio próprio com 15 salas de aula por turno, a EE Julia Lopes possui prédio próprio com 12 salas de aula por turno e a EE Augusto de Lima possui 11 salas de aula por turno.

Diante da relevância do Plano de Atendimento, o estudo de caso quer pesquisar os entraves na execução do Plano de Atendimento da SRE Metropolitana A no que se refere ao pressuposto legal do zoneamento estabelecido para o Ensino Fundamental, com o objetivo de analisar os fatores que interferem na execução do Plano de Atendimento da SRE A e de propor ações para que esse possa ser efetivado de acordo com os critérios de zoneamento proposto pelas bases legais; propor um plano de ação educacional reflexivo com sugestões para a melhoria e articulação para melhor cumprimento das análises estabelecidas no Plano de Atendimento da metropolitana A.

No próximo capítulo apresentaremos a metodologia e o referencial teórico que dará suporte as análises dos dados coletados na pesquisa.

2 CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA GARANTIA DE ACESSO AO ENSINO PÚBLICO

O Capítulo 2 apresenta referencial teórico, metodológico e analítico para embasamento das questões relacionadas à organização e cadastro escolar, que são estruturadores na política de acesso à educação pública em Minas Gerais. Está, portanto, dividido em três seções: o percurso metodológico de pesquisa e as técnicas de coleta de dados, bem como as justificativas que embasam a sua escolha e a análise e interpretação dos dados; a discussão dos aspectos teóricos relevantes ao caso, as políticas públicas e a mobilidade familiar.

São consideradas as ideias de Lima (2011), que aponta o desafio da democratização do ensino, assim como Nogueira, Resende e Viana (2015) que apresentam a mobilização familiar na escolha do estabelecimento de ensino. Para acompanhar a trajetória do cadastro escolar em Belo Horizonte tem-se a descrição histórica de Pinto (1999), fundamentada na evolução tecnológica, e o olhar mais amplo de Nogueira (1998), que reflete sobre a relação família-escola, que nos anos 1980/1990 testemunham um processo de reorientação da sociologia da educação.

Foi adotada uma perspectiva comparativa, que elencou um referencial teórico pertinente ao tema, com o propósito de analisar os diferentes métodos utilizados para alocação de alunos, fundamentados nos modelos internacionais e nacionais dos estudos de Delgado (2013) e de Rosistolato *et al.* (2016).

Estudos de Nogueira, Resende e Viana (2015) também consideram que a alocação de alunos não planejada e não organizada gera uma segregação geográfica que reforça a desigualdade no acesso à escola. Essa desigualdade provoca a mobilidade das famílias que, em busca de escolas de preferência, desconsideram os critérios de encaminhamento previstos no Cadastro Escolar.

Ainda hoje, há desafios na execução do Plano de Atendimento Escolar no que se refere às demandas de matrículas e, conseqüentemente, à organização das escolas, pois como tem sido detectado, muitos burlam o encaminhamento do cadastro, desorganizando suas disposições legais e dificultando, assim, o estudo e o planejamento realizados previamente. Esse desvio no encaminhamento foi relatado por Pinto (1999) que constatou o excesso de inscrição nas escolas de preferência. Segundo ele, “[...] esse procedimento traduzia a preferência dos candidatos e, por

vezes, sobrepuja-se à inscrição dos residentes na jurisdição. Sempre que a demanda ultrapassava a oferta de vagas, a seleção daqueles que seriam contemplados era feita pela escola.”. (PINTO, 1999, p 142).

Nesta pesquisa, parte-se da hipótese de que o Plano de Atendimento é imprescindível para a organização e planejamento das SRE e escolas estaduais de Minas Gerais garantindo a política de acesso escolar e, conseqüentemente, a universalização da educação básica. Os estudos apontam algumas desarticulações no campo das políticas públicas educacionais.

Na próxima seção será discutido o percurso metodológico desse estudo.

2.1 PERCURSO METODOLOGICO

Para esta pesquisa foi adotada uma abordagem qualitativa, que segundo Godoy (1995, p. 2):

Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo a medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 2)

Considerando que a pesquisa qualitativa tem como propósito a valorização de opiniões sobre determinados fatos, permitindo uma melhor compreensão no desenvolvimento de ideias ou hipóteses, uma análise do Plano de Atendimento necessita do conhecimento e validação dessas opiniões.

Este trabalho considera essas opiniões na análise das fragilidades do Plano de Atendimento em Minas Gerais, no período de 2015 a 2018, buscando entender o gerador de entraves na sua implementação, uma vez que sua formulação contou com a participação das escolas, a partir de estudos e reuniões com os gestores escolares a respeito das necessidades da comunidade escolar.

A pesquisa tem como recorte amostral a SRE/Metropolitana A, de Belo Horizonte que, apesar de apresentar especificidades no processo do cadastro escolar, não difere dos demais municípios de Minas Gerais no tocante às políticas públicas relacionadas ao plano de atendimento. A rede estadual do município de

Belo Horizonte é atendida por três metropolitanas (A, B e C), responsáveis pela organização das escolas estaduais, cada Metropolitana possui sua equipe de atendimento escolar, que trabalha pautada nas diretrizes propostas pela SEE/MG. Assim, para expandir a compreensão nos variados cenários em que o plano de atendimento se apresenta como engrenagem principal das ações, foram entrevistados servidores responsáveis pelo plano de atendimento da metropolitana A e da Metropolitana C com o propósito de articular ideias e verificar se as fragilidades levantadas no estudo são comuns as demais SRE, confirmando pontos centrais desta pesquisa no que tange a articulação das políticas públicas e mobilidade familiar.

O estudo utilizou informações do SIMADE para os recortes entre 2015 e 2018 e os principais dados utilizados foram número de turmas e número de alunos.

Para compreender o ponto de vista das famílias que apresentam preferência por determinada escola, foi feita coleta de dados, utilizando como instrumento um formulário, que foi elaborado pela pesquisadora e aplicado aos pais dos estudantes. Outro recurso foram as entrevistas realizadas com os diversos atores envolvidos na elaboração do plano e na execução das ações previstas. Esses instrumentos encontram-se no Apêndice deste estudo.

A proposta de aplicar o formulário surgiu a partir das demandas de atendimento, vivenciadas pela pesquisadora, no setor de Organização do Atendimento Escolar (OAE). Este setor recebe pais, que buscam a SRE na tentativa de remanejar o aluno de uma escola para outra.

O formulário foi construído na intenção de identificar essa motivação para a troca de escola, buscando entender quais os motivos que levavam os pais e ou responsáveis a solicitar a troca de escolas para os alunos. O formulário foi aplicado aos pais que compareceram à SRE/A, no período de 21/01/2019 a 20/03/2019, por ser um período que apresenta maior demanda em função do início do ano letivo.

A entrevista é uma importância técnica de coleta de dados que é utilizada em pesquisas. Para Boni e Quaresma (2005, p.68) “[...] a entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos.”.

Para este estudo foi utilizada a entrevista semiestruturada que permite a utilização de perguntas abertas e fechadas. Nela o respondente pode discorrer sobre o tema proposto e o pesquisador trabalha com questões que foram previamente definidas, podendo fazer perguntas adicionais, com o objetivo de conduzir a discussão para o assunto pertinente ao tema central da pesquisa. “Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

O critério adotado para a escolha dos sujeitos entrevistados foi a participação efetiva em todas as etapas do plano de atendimento nos últimos 5 anos, de forma direta ou indireta, desde a elaboração das Diretrizes até sua implementação. As diferentes redes e as atribuições dos entrevistados encontram-se no Quadro 6 deste estudo.

Quadro 6 – Atribuição dos entrevistados

Rede	Atribuição
SEE/MG	Servidor responsável pelo plano de atendimento escolar, cujo trabalho busca resultados articulando todo o estado de Minas Gerais.
SMED/BH	Servidor cujo trabalho é voltado especificamente para o cadastro escolar do município de Belo Horizonte.
SRE/METROPOLITANA A	Servidor que tem como ponto de observação o plano de atendimento na perspectiva da organização das 149 escolas pertencentes a SRE/Metropolitana A.
SRE/METROPOLITANA B	Servidor responsável pelo Plano de Atendimento de 210 escolas estaduais.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas (2019).

As entrevistas, que tiveram um roteiro semiestruturado, foram elaboradas mediante questionários, no qual as perguntas são previamente formuladas. Foram considerados os eixos do aporte teórico deste capítulo. Ocorreram entre os dias 09/05/2019 e 16/05/2019 e aconteceram nos setores de trabalho, com agendamento prévio. Elas possibilitaram o contraste de opiniões de diferentes atores da rede, que, embora sejam atores de uma mesma política pública, atuam em setores diversos e estão, portanto, sujeitos à discricionariedade, que acampam circunferências diversas.

Assim, a próxima seção vem mostrar que a partir da análise e interpretação desses instrumentos, tem-se a valorização da opinião de diferentes atores do serviço público envolvidos no planejamento e execução do Plano de Atendimento.

Enquanto a entrevista com os Analistas Educacionais das SRE deu voz às fragilidades na execução do Plano elencados no Capítulo 1, a ação realizada com os profissionais da SMED enfatizou os desafios do cadastro escolar e encaminhamento dos estudantes da rede pública de ensino. Já com o servido da SEE, a entrevista buscou uma visão global e comparativa das fragilidades do Plano em Minas Gerais.

2.2 ANALISANDO O PLANO DE ATENDIMENTO NA PRÁTICA

Nesta seção, são apresentadas análises considerando a teoria proposta no estudo e as respostas obtidas por meio dos formulários aplicados aos pais, e entrevistas aplicadas aos servidores públicos da rede estadual e municipal, durante a pesquisa. O objetivo é analisar as percepções dos sujeitos com a discussão teórica a partir da interpretação dos dados coletados junto as diferentes áreas de atuação dos envolvidos, direta ou indiretamente, na elaboração e execução do plano de atendimento de Minas Gerais.

A análise e a interpretação dos dados são fundamentadas nas opiniões apuradas e consideram a diversidade das áreas de atuação e as descrições referentes ao Plano de Atendimento, procurando considerar a visão macro e micro da organização do atendimento escolar, a que se destina as políticas públicas propostas pelo estado de Minas Gerais, o Quadro 7 apresenta o perfil dos entrevistados.

Quadro 7 – Perfil dos entrevistados

Entrevistados	Cargo / Função na rede pública	Período de atuação Plano de Atendimento
S1	Analista Educacional / Coordenador de projetos da SEE/MG	12 anos
S2	Técnico do Cadastro Escolar na Secretaria Municipal de Belo Horizonte	11 anos
S3	Técnico Educacional / SRE Metropolitana B	6 anos
S4	Analista Educacional / SRE Metropolitana A	17 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas (2019).

Os entrevistados são do quadro efetivo da rede pública e estão a mais de 5 anos de atuação no Plano de Atendimento. São servidores que possuem uma visão do plano de atendimento dentro de períodos de transição governamental e diferentes propostas políticas.

A primeira questão da entrevista, é comum a todos, e tem o propósito de identificar a percepção sobre o plano de atendimento em Minas Gerais, a partir do lugar onde se encontram os atores envolvidos na elaboração, em consonância com a perspectiva do trabalho em que é responsável e do alcance desse trabalho.

O entrevistado S1, aproxima a sua resposta para a visão macro da SEE/MG, que tem no Plano de Atendimento o documento organizador e norteador das SRE para lidar com as especificidades das escolas do estado de Minas Gerais. Para S1, o Plano de Atendimento “[...] possibilita ao estado acompanhar toda organização das escolas, o funcionamento, as turmas; trabalha o fluxo; levantamento das demandas de expansão e também da organização da rede.”. (S1. Entrevista em maio de 2019).

Já as respostas de S3 e S4 trazem o Plano de Atendimento na visão da SRE que é mais centrada nas escolas. O que é compreensível, visto que as discussões, para a elaboração do Plano, são feitas junto as escolas com a participação dos gestores e da Comissão de Cadastro. Os respondentes S3 e S4 interpretam a política pública voltada para a construção do Plano atuando no micro. Conforme exposto no Quadro 8.

Quadro 8 – Como é compreendido o Plano de atendimento?

Questão	1- Para você, o que é o Plano de Atendimento Educacional de Minas Gerais?
S1	É a organização e reorganização das escolas estaduais de Minas Gerais. Ele possibilita ao estado acompanhar toda organização das escolas, o funcionamento, as turmas; trabalha o fluxo; levantamento das demandas de expansão e também da organização da rede.
S3	É a forma mais organizada da escola se planejar, através do plano de atendimento ela já vai estar com o caminho direcionado, no sentido não de perda da autonomia, mas no sentido de planejamento mesmo, porque o plano permite isso. O estudo de fluxograma mostra para a escola como ela pode se movimentar no ano subsequente, já é um parâmetro para a escola trabalhar.
S4	É o start, ele é a principal forma das escolas se organizarem de um ano para o outro, tendo noção do quantitativo de turmas que elas poderão vir a ter ou planejar, quantitativo de alunos, de onde vem esses alunos, (rede municipal, do cadastro escolar). Possibilita também as escolas solicitarem e se organizarem quanto aos níveis e modalidades de ensino que ofertam ou desejam ofertar na comunidade, em que ela é presente e dentro disso ela vai conseguir organizar quadro de pessoal, quadro de funcionários, apresenta as necessidades também de reformas, de ampliações. É uma forma de garantir o atendimento daquelas escolas, naquela região na qual ela atua.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas (2019).

Outro ponto que marca essa ótica diferenciada entre o macro e micro, na rede estadual, é quanto as atribuições relacionadas ao plano de atendimento. S1 pontua como atribuições “[...] organizar a rede, expandir a rede, verificar a rede física, verificar a necessidade de ampliar salas de aula, construção de prédios e criação de escolas.” (S1. Entrevista em maio de 2019). Enquanto para S3 e S4 as atribuições do plano de atendimento se concentram em fluxograma da escola, cadastramento escolar, o encaminhamento do ensino médio, novas modalidades de ensino e novos níveis de ensino. O servidor S4 usa a expressão “[...] fazer o plano acontecer junto a escola.”. (S4. Entrevista em maio 2019).

Até aqui granjeou-se analisar como os segmentos percebem o plano de atendimento na sua importância como elemento de organização, que atua tanto em ações emergenciais quanto para os planejamentos de longo prazo. Pode-se inferir que o plano é um delimitador de ações para o estado de Minas Gerais, é um organizador para as SRE e um norteador para as escolas.

Considerando o movimento pelo acesso e permanência do aluno, pontos definitivos nesta pesquisa, e realçando o PNE (2014-2024), que originalmente propõe a universalização do Ensino Fundamental (Meta 2) e do Ensino Médio (Meta 3), tem-se que para garantir o cumprimento das legislações é preciso organizar de forma articulada às diversas áreas que envolve a educação.

Quadro 9 – Fragilidades do Plano de Atendimento

Questões	3-Quais são as fragilidades mais comuns em relação ao Plano de atendimento?	8- Na sua opinião o fato da resolução de quadro de pessoal associar número de turmas a recursos humanos impacta no não cumprimento do que foi estabelecido no plano junto à escola, quanto a, por exemplo, número de vagas escolares, por parte dos diretores?
S1	A fragilidade maior seria a interferência política na elaboração do plano de atendimento.	A Resolução interfere, poderia mudar a resolução...porque se ela recebe mais por aluno... por ter mais alunos e mais turmas... ela vai ter mais um vice, mais um ATB, mais um supervisor.... se a resolução interfere nesse sentido, tem que mudar a resolução[...]
S3	[...]do que é pensado no plano e que é realmente praticado no início do ano são questões diversas como por exemplo a mobilidade do aluno, a preferência dos pais	Claro. Porque tendo essa vinculação, ne? Algo que delimite o pessoal com número de turmas, o diretor tendo a responsabilidade com isso, vai, inclusive, diminuir gastos desnecessários em determinados locais, com turmas

	dos alunos por determinadas escolas. Essas são fragilidades que hoje o plano não consegue tirar	desnecessárias e investimentos em outras que realmente precisam, ne? Então é impacta sim.
S4	A desorganização mesmo, por que você faz um plano articulando com as escolas, trabalhando com elas dentro dessas diretrizes, dentro das propostas... e aí, quando você vê a escola muitas vezes não acatou o que está ali ou ela tenta burlar.	Também. Acho que é outra coisa que teria que ter uma definição anterior, principalmente a questão do quadro de pessoal... melhorou muito. Hoje a gente já consegue fazer uma coisa mais articulada... a escola já visualiza melhor a questão do quadro de pessoal, mas ainda não consegue fechar totalmente essa ação porque muita coisa acontece depois. A questão do quadro de pessoal modifica muito ainda... a designação que acontece depois. Então a escola inicia o ano sem uma clareza desse quadro de pessoal e isso vai impactar no trabalho do planejamento.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas.

Desse modo, a pesquisa apresenta, no Quadro 9, as fragilidades mais comuns que interferem no plano de atendimento de Minas Gerais elencadas durante as entrevistas.

Tem-se pelos relatos do Quadro 9 a legitimidade do eixo de análise apresentados pela pesquisa no que tange a questões de políticas públicas em desarticulação com o plano de atendimento e a questão da mobilidade familiar.

Um ponto nevrálgico para a pesquisa levantado no capítulo 1 foi a desarticulação das políticas públicas educacionais em relação ao plano de atendimento, isso porque pensar em acesso escolar, implica níveis de ensino, quadro de pessoal, ampliação ou construção de escola,

Com as entrevistas pode-se perceber que há para a elaboração da política pública uma articulação, o problema é encontrado nas áreas internas da SEE/MG, que apesar de estarem cientes da importância do documento Plano de Atendimento, não conseguem articular internamente um trabalho conjunto. Isso fica claro durante a entrevista com S1

Não é que não existe uma articulação com o plano... não existe uma organização da área responsável pela campanha VEM, responsável pela telessala, responsável pelo tempo integral... eles sabem que, por exemplo, as turmas de telessala teriam que estar incluídas no plano...só que a questão lá... burocrática, política, financeira não viabiliza. Quando tem a aprovação já tá no ano seguinte, em janeiro. (S1. Entrevista em maio 2019)

Lembrando que o plano é elaborado pelas 47 SRE de Minas Gerais, simultaneamente, foram apresentados questionamentos no que tange a equidade no atendimento dos municípios, ainda buscando avultar as questões que se referem ao eixo políticas públicas e plano de atendimento. Assim quanto a indagação sobre a abrangência no atendimento feito aos diferentes municípios, a constatação não foi positiva, como mostra o Quadro 10.

As respostas relacionadas no Quadro 10 vêm confirmar a interferência política, já relatada no capítulo 1. Essa interferência política fragiliza a execução do plano em alguns pontos, o que pressupõe que no momento da elaboração o plano é técnico, mas na implementação o plano é político. Ao atender os interesses do governo com um instrumento que tem como atribuição levantar as demandas reais das comunidades verifica-se a descontinuidade administrativa do setor público.

Quadro 10 - Quanto a equidade do atendimento

Questão	Você considera que o plano de atendimento como política pública educacional abrange as necessidades dos municípios com a mesma equidade?
S1	<p>Não... não com a mesma equidade. Às vezes, dependendo da política de cada governo, é. Às vezes uma escola que tá lá na zona rural, que tem necessidade... tem uma demanda, que é necessária, que precisava ser aprovada no plano... não é aprovada!</p> <p>Não tem a mesma equidade de uma escola... vou citar aqui um exemplo... indígena. Já teve vários casos, até mesmo de construção de prédio, que por uma intervenção política foi incluída no plano e uma outra escola que tinha necessidade não foi construída, que realmente precisa.</p>
S3	Não. Eu acho que alguns municípios, não é que sejam privilegiados, mas talvez na forma histórica de tratamento entre os municípios maiores, menores, médios, alguns municípios conseguem ter um atendimento que lhes atende melhor do que outros. Enquanto SRE a gente tem tentado dar mais equilíbrio nisso.
S4	Não... os municípios... sempre que a gente vai até os municípios... a gente percebe que eles têm muito mais... eles desejam muito mais do que a SEE consegue definir como política pública. Isso na verdade porque a SEE também está dentro de um contexto... a gente também tem essa dificuldade dentro do próprio estado, mas o município se recente muito... principalmente porque ele tem essa expectativa de que vai ter mão de obra, vai ter curso técnico, vai ter um monte de coisa... e aí você tem pouco a oferecer. A gente vai e sempre se frustra... a gente se frustra, imagina o município, né? Que muitas vezes tem uma expectativa maior...

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas (2019).

É viável lembrar que as SRE trabalham com a mesma diretriz, mas necessitam pautá-las à realidade das escolas de sua circunscrição, isso não

descaracteriza o Plano de Atendimento, visto que ele precisa considerar as especificidades das escolas das 47 SRE de Minas Gerais, depois é consolidado pelas equipes e discutido com o Superintendente da SRE e então entregues para a SEE/MG, conforme colocado no capítulo 1.

Passa-se então, a pensar no item 2.2.1 a dinâmica do campo de produção de políticas, como surge uma política educacional, suas etapas e contextos nos quais se encontram inseridas.

2.2.1 Políticas públicas educacionais e o ciclo de políticas

É viável tecer breves considerações sobre o campo de saber, a respeito da elaboração das políticas públicas, “[...] tais como a área da educação, saúde, habitação, entre outras, que exemplificam a importância da abordagem adotada pelo estudo das políticas públicas para se compreender com mais clareza os limites e possibilidades de intervenção do Estado.”. (PENKO, 2011, p. 161).

Estudos, na área da educação têm considerado a importância de se compreender como as políticas públicas educacionais são definidas, propostas, elaboradas e implantadas. O ciclo de políticas, abordagem formulada por Ball e Bowe (1992) apud MAINARDES (2006) tem sido referência para análise de pesquisa nas políticas educacionais, possibilitando discussões no processo de construção de uma política educacional (MAINARDES, 2006, p. 47). Para desenvolver a análise de uma política pública, é relevante que se adote um elemento norteador, assim a abordagem do ciclo de políticas aparece como mecanismo que orienta e serve de base na compreensão das fases do processo de construção de uma política.

Ball e Bowe (1992) apud MAINARDES (2006) assinalam que desde a fase de formulação até implementação das políticas educacionais precisa haver continuidade e realçam a importância do envolvimento dos atores imbricados no processo educacional.

Diante da complexidade do processo político e da variedade de contextos envolvidos, tem-se o entendimento de que as políticas educacionais possuem trajetória com base em contextos e esses passam a ser definidos por “contexto de influência, contexto da produção de textos, contexto da prática, contexto dos resultados/efeitos e contexto de estratégia política.”. (MAINARDES, 2006, p. 47).

Segundo Mainardes (2006, p. 51) o contexto de influência:

É onde as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. E nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. [...] É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. (MAINARDES, 2006, p 51)

É a articulação dos grupos com disputas e interesses que geram alianças. Nesse momento os grupos querem influenciar decisões referentes as finalidades sociais da educação e buscam apoio nos meios de comunicação.

O contexto da produção de texto está justaposto com o interesse público mais amplo. Os textos políticos produzidos são o resultado de disputas e acordos de interesses expostos nos distintos grupos – o que torna próximo o contexto de produção de textos do contexto de influência. Indiscutivelmente, estes escritos visam determinados objetivos, e é nesse momento que os diferentes grupos buscam firma suas propostas. Ball e Bowe (1992) apud Mainardes (2006, p. 52), observam que “[...] os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política.”.

O contexto da Prática é definido por Ball e Bowe (1992) apud Mainardes (2006) como o lugar onde a política é submetida à interpretação e recriação, pois é nesta etapa do processo que os atores, que participam do processo educativo, colocam em prática a política. De acordo com Ball e Bowe (1992) apud Mainardes (2006, p. 53), o contexto da prática pode ser compreendido como “[...] o lugar onde a política é sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original.”.

Analisando o contexto da prática, se percebe que os sujeitos (gestores, professores, comunidade escolar) frequentemente modificam e recriam as propostas, segundo suas crenças, possibilidades e condições próprias de cada local/contexto. O contexto prático, permite que a análise de políticas educacionais seja feita considerando as ações dos que são vistos apenas como destinatários dessas políticas. Em 1994, Ball e Bowe (1992) apud Mainardes (2006) acrescentam mais dois contextos na abordagem inicial: o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política.

O contexto dos Resultados (efeitos) é a análise dos impactos e interações das políticas e o Contexto da Estratégia Política é componente essencial à pesquisa crítica, pois articula-se com a identificação das distintas atividades sociais e políticas que seriam elementares para se trabalhar/operar com os problemas identificados (BALL BOWE; 1992 apud MAINARDES 2006). Com essas considerações pretende-se usar a abordagem do ciclo de políticas como referencial para análise de políticas educacionais.

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. (MAINARDES, 2006, p. 49)

Dos contextos sugeridos em acordo com Ball e Bowe (1992) apud Mainardes (2006), tem comprovado de forma factual o contexto prático, no qual não somente a implementação da política é desafiada em sua proposta, como também são “recriadas” novas normas considerando os costumes e os interesses da instituição e dos pais, que com suas novas regras burlam o encaminhamento proposto para a alocação do aluno, desconsiderando assim o que foi estabelecido pelo plano após estudos com as escolas e o zoneamento Ball e Bowe (1992) apud Mainardes (2006, p. 53)

O contexto prático é onde a política proposta irá produzir efeitos e consequências, os atores envolvidos tem seu lugar evidenciado nesse contexto. É o lugar da prática, é o micro exercendo papel fundamental nas implicações para o processo de implementação da política. Muitas vozes são levantadas exercendo um papel ativo na interpretação da política. As escolas, que interessadas em manter seu quadro de pessoal, acabam por efetuar matrículas além das vagas disponibilizadas, outro ponto que influencia nesse contexto e a mobilização dos pais em busca de uma escola que para eles seria mais adequada para o aluno.

A implementação, como fase do ciclo de políticas públicas, consiste no desafio de transformar intenções gerais em ações e resultados. Este desafio é potencializado pela crescente complexidade no processo de implementação de políticas públicas, sobretudo em função dos pontos de contato entre diferentes temas objetos destas políticas. (BARBOSA, 2016, p. 47).

Cabe rever que o plano de atendimento é uma política pública cuja implementação é organizada em torno da corrente de pensamento *top/down* (de cima para baixo), regra geral é essa uma política que gera resistência nos movimentos escolares e trabalhistas, desencadeando no contexto de prática o problema da política não ser implementada tal como foi desenhada e produzida, o ciclo, então, deixa de ser retroalimentando. O contexto de prática deveria servir de base para o contexto de influência, para assim repensar a política na fase de produção. Mas um olhar mais atento ao plano de atendimento, percebe-se que esse movimento de retroalimentação não vem acontecendo e isso acaba gerando fragilidades na implementação, que vão se tornando cada vez maiores e mais desafiadoras, mesmo considerando que os atores educacionais envolvidos no micro exercem papel fundamental nas implicações para o processo de implementação.

Esta abordagem, portanto, assume que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas. (MAINARDES, 2006, p. 53)

Sob esse enfoque, conclui-se que a perspectiva do ciclo de políticas deveria contribuir na análise dos contextos do processo de formulação de uma política e abarcaria as influências dos diferentes grupos envolvidos. Assim, na implementação da política pública o contexto da produção do texto, que normalmente é articulado com a linguagem do interesse público mais geral se constitui como resultado de disputas acordos. Por último, considera-se o contexto da prática, que é onde a política está sujeita a interpretações e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original (VIEGAS, 2014, p 275).

2.2.2 Os modelos de alocação de alunos

O sistema de alocação de alunos é um assunto de abrangência internacional, como apontam os estudos descritos por Delgado (2013), que analisam os diferentes modos de alocação nas cidades de Boston (EUA), Nova York (EUA) e Singapura (Ásia). Rosistolato *et al.* (2016, p. 241) apresentam que “[...] estudos realizados em

países europeus, nos Estados Unidos e no Chile, observam o impacto de regras de matrícula sobre a segregação escolar.”.

Delgado (2013) apresenta estudo sobre o processo de alocação de Boston (EUA), Nova York (EUA) e Singapura (Ásia). Em Boston (EUA), diz o autor, é princípio alocar os alunos pelas suas ordenações de escolha, usando como critérios uma lista de preferências com o *ranking* de, no mínimo, três escolas.

Ao se referir ao cadastramento da cidade de Nova York (EUA), o autor retrata como sendo o maior sistema municipal dos Estados Unidos, com descentralização de matrículas, ou seja, os alunos escolhem programas ou escolas preferidos, utilizando uma lista com no máximo cinco escolas. Essa descentralização apresenta três problemas principais: 1) alunos matriculados em escolas não listadas; 2) alunos que não tinham obtido boas notas e que agiam estrategicamente na tentativa de burlar os sistemas; 3) Escolas que agiam estrategicamente, declarando número de vaga diferente da sua real possibilidade.

O autor pontua que o ano letivo em Singapura (Ásia) é similar ao brasileiro e traz informações a partir do 6º ano, quando há um teste nacional e o resultado classifica os estudantes e essa classificação é utilizada para admissão em escolas do Ensino Fundamental anos finais. Antes de obterem o resultado, os pais encaminham uma lista de seis escolas preferidas ao ministério da educação. “O fato dos pais escolherem as seis escolas antes do resultado do teste indicar quais as reais chances dos alunos em cada escola se constitui um problema.” (DELGADO, 2013, p. 40-50). No Brasil, ao considerar que as atribuições da matrícula do Ensino Fundamental e Ensino Médio são competências dos Estados e municípios, tem-se uma diversidade na dinâmica de alocação de alunos, visto que não há uma normativa nacional de elaboração desse atendimento, o que torna cada ente federativo responsável pela elaboração da política pública a ser seguida.

Alves *et al.* (2015) investigam a prática da seleção velada em escolas públicas, trazendo dados de São Paulo e Rio de Janeiro. A escolha por determinada escola cria uma relação de interdependência competitiva entre os estabelecimentos, “[...] são os alunos o principal objeto dessa disputa, seja por uma diminuição da demanda, por fatores demográficos ou pela falta de atratividade da escola[...]”. (ALVES *et al.*, 2015, [p.15]). A burocracia educacional gera o que eles denominam de processos de seleção ocultos que produzem critérios de distribuição de vaga e

“[...] distribuem alunos de acordo com o prestígio da escola de origem e aquele da de destino, bem como características acadêmicas e o capital social da família.”. (ALVES *et al.*, 2015, [p.15]).

A distribuição desigual de alunos entre escola é um tema amplamente discutido por estudos que abordam o processo de escolha dos estabelecimentos escolares pelas famílias, afirmam Rosistolato *et al.* (2016) que analisam a dinâmica de matrículas na cidade do Rio de Janeiro, sendo que a alocação de alunos é feita por polo de matrícula. “Um polo de matrícula é caracterizado por um conjunto de escolas localizadas próximas geograficamente, constituindo uma organização par fins de alocação de alunos em períodos de matrícula no final de um ano letivo.” (ROSISTOLATO *et al.*, 2016, p. 243).

Os autores afirmam que as regras de matrícula, na cidade do Rio de Janeiro, permitem que as famílias escolham quaisquer escolas. Costa (2008) apud ROSISTOLATO *et al.* (2016, p. 242) “[...] apontou a correlação entre a reputação das escolas e o perfil sociocultural do alunado, aliado a uma relativa homogeneidade do alunado.”.

A cidade de São Paulo possui algumas similaridades com o mecanismo de Belo Horizonte.

A primeira fase consiste de um levantamento das vagas disponíveis. Na segunda fase os alunos se inscrevem nas instituições ou em postos de inscrição espalhados pela cidade. Nessa etapa eles fornecem o endereço e outras informações úteis: nome, sexo, data de nascimento, raça, nomes dos pais ou responsáveis. No caso de alunos de ensino médio, os inscritos listam três opções de escolas em ordem de preferências. Alunos do ensino infantil que irão ingressar no fundamental informam apenas os dados cadastrais. (FERNANDES, 2007, p. 53 apud DELGADO, 2013, p. 55).

Podemos inferir que as semelhanças no processo de alocação das duas cidades, implicam em ações correspondentes, por exemplo, a existência de um levantamento da oferta de vagas, prazos para cadastramento e processo de escolha das escolas para o Ensino Médio. Quanto as diferenças têm-se que no Ensino Médio a escolha se dá entre três escolas e em Belo Horizonte são quatro escolas. Uma outra diferença que se constatou foi que no critério de desempate, o município de São Paulo prioriza o aluno mais velho, enquanto que em Belo Horizonte a prioridade é para o aluno mais jovem.

Tanto Pinto (1999) como Delgado (2013) afirmam o pioneirismo do sistema de cadastro de Belo Horizonte implementado em 1992/1993, pois o cadastro é “[...] um dos primeiros sistemas de alocação a aparecer no país, o que se tinha anteriormente eram sistemas descentralizados de matrículas por escolas e um processo de filas que repassava o ônus para os cidadãos. ” (DELGADO, 2013, p. 56).

O histórico da elaboração e implementação do sistema em Belo Horizonte foi apresentado em maiores detalhes nas seções 1.1 e 1.2. Vale ressaltar que o plano de atendimento escolar elaborado pela SEE/MG está diretamente vinculado ao trabalho de Cadastramento escolar dos municípios, é um trabalho de complementação, validando assim a importância de planejamento, organização, envolvimento das equipes da rede municipal e estadual e a participação dos gestores escolares. A garantia de acesso à escola e muito além da oferta de vaga, é verificar o atendimento na região correspondente à residência do aluno a ser alocado e possibilitar, ao poder público, condições para operar o planejamento de obras escolares.

Pinto (1999), em seu texto levanta as dificuldades encontradas para o cadastramento escolar no município de Belo Horizonte e reflete sobre o alinhamento organizacional que o trabalho passa a requerer, surgindo, então, a necessidade de se pensar um plano de atendimento elaborado a partir das demandas existentes. Naquela época as políticas públicas educacionais já apresentavam segmentação com dificuldades de articulação e agendas próprias.

As metodologias de planejamento de redes escolares, usualmente utilizadas no Brasil, centram as discussões em questões relativas aos prédios escolares e avançam sobre alguns temas propriamente educacionais – políticas, metas e normas – sem o que não se viabilizariam. Esse tratamento segmentado é consequência das dificuldades de integração entre os órgãos educacionais que tratam apenas das questões que lhes são afetas. Devido a objetivos nem sempre convergentes que seguem agendas próprias e à adoção de métodos poucas vezes consistentes entre si, os planos superpõem-se mais do que se complementam. (PINTO, 1999, p. 140).

Uma outra repetição que sobrevive ao modelo atual é o recebimento de matrículas além da capacidade da escola. No capítulo 1, a Tabela 10 apresenta escolas que efetuaram matrículas além do permitido pelo plano de atendimento de

2018/2019. Pinto (1999) diz que apesar do avanço em relação à matrícula, as escolas mais procuradas recebiam inscrições além da sua capacidade (PINTO, 1999, p 142).

Na próxima seção será tratada a mobilização familiar, que está ligada ao cadastro escolar e interfere de forma negativa na execução do plano de atendimento.

2.3 MOBILIDADE FAMILIAR

A mobilidade familiar é um segundo eixo de análise desta pesquisa. É um movimento feito pelas famílias em relação à escolha da escola, que se contrapõe àquilo que foi planejado inicialmente. Ocorre quando as famílias, não satisfeitas com o encaminhamento inicial proposto pelas entidades competentes, buscam outra escola para matricular o aluno.

Essa seção tem por objetivo refletir sobre os motivos que levam as famílias a pleitearem a troca de escola e como esse movimento de mobilização afeta o plano de atendimento.

O Plano de Atendimento assegura a garantia do acesso, mas não assegura que o aluno será encaminhado para a escola de sua preferência. Dentro de uma mesma região há várias escolas, faz-se então necessário estabelecer critérios de encaminhamento, porém, algumas famílias burlam o cadastro escolar e fragilizam o trabalho de encaminhamento escolar.

A troca pode ocorrer de forma legítima, quando os pais comparecem à SRE e/ou Gerências de Cadastro, solicitando a alteração – que em alguns casos é passível de acontecer, desde que haja vaga e após análise da situação. Mas os pais também utilizam forma ilícita, burlando o que foi estabelecido pelo cadastro, como retratado por Nogueira, Resende e Viana *et al.* (2015, p. 753), que mostram em sua pesquisa com as famílias “[...]que uma parte delas teria intencionalmente burlado o cadastro escolar e deliberadamente escolhido uma escola de melhor desempenho para os filhos.”.

Rosistolato *et al.* (2016) apresenta estudo que discute a alocação de alunos na cidade do Rio de Janeiro, onde a regulamentação que orienta a distribuição de vagas escolares permite que os pais escolham qualquer escola da rede, em regra geral. Mesmo assim, verifica-se que “[...] as famílias que desejam matricular os filhos

em escolas municipais enfrentam o desafio da escolha entre escolas distintas[.]” (p. 239)

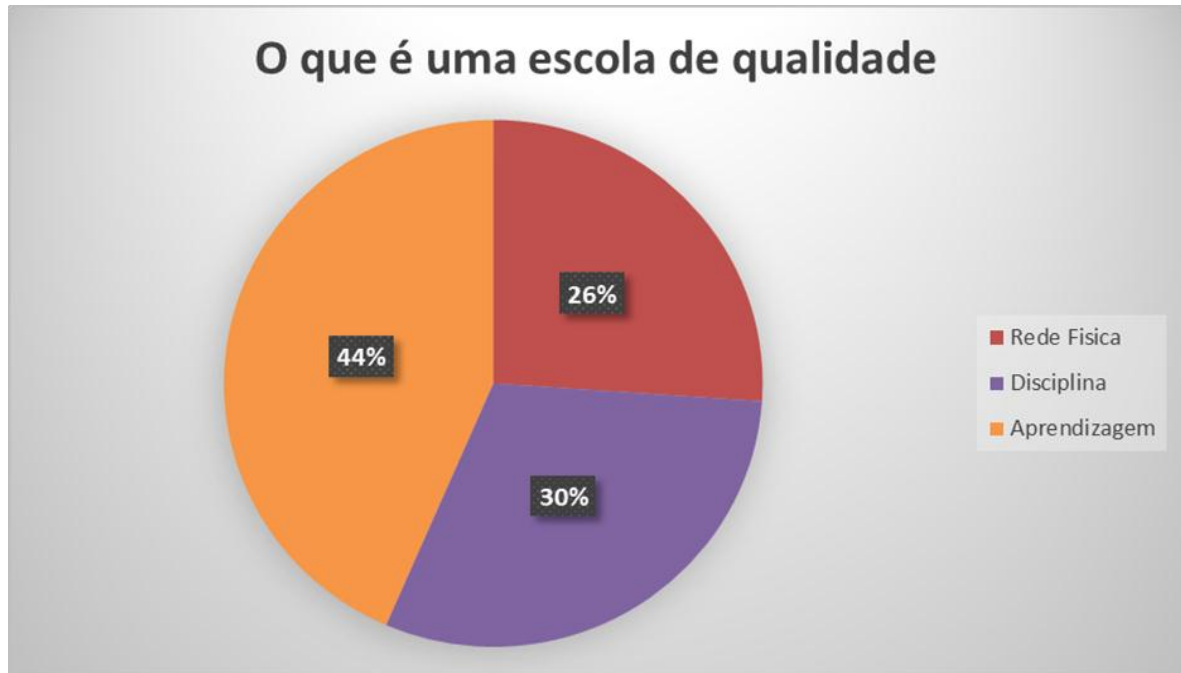
Em Minas Gerais, ao contrário do que é proposto para a cidade do Rio de Janeiro, o procedimento para distribuição de vagas ocorre seguindo o critério do zoneamento, critério proposto por Resolução da SEE/MG, conforme informado no capítulo 1. Mesmo assim, os autores Nogueira, Resende e Viana (2015, p. 759), confirmam os efeitos da mobilização em estudo realizado na cidade de Belo Horizonte, apontando a escolha do estabelecimento de ensino como “[...] um indicador de maior ou menor mobilização dos pais em prol da escolaridade dos filhos.”.

Pode-se então, fazer uma comparação na questão da mobilidade familiar como um acontecimento comum para dois sistemas, porém com procedimentos contrários: a cidade do Rio de Janeiro apresentando a distribuição descentralizada, sem barreiras legais, e Minas Gerais com maior rigidez na distribuição de vagas, um procedimento centralizado, baseado em zoneamento escolar.

Para entender a mobilidade, este estudo utilizou as respostas de formulário preenchido pelos pais no momento em que solicitaram à SRE a troca de escolas para o filho. Assim, o formulário, teve a intenção de saber como seria, na opinião deles, uma escola de qualidade. Para análise, dividiu-se as respostas coletadas em blocos de semelhança como os três grandes blocos apresentados no Gráfico 1: Estrutura Escolar, Disciplina e Aprendizagem.

Os pais apresentam motivações específicas, apesar disso 44% deles apontaram a aprendizagem do aluno como condição determinante na escolha do estabelecimento escolar; 30% consideram a disciplina escolar como mais importante e 26% indicam a rede física como condição que influencia para a escolha de um estabelecimento escolar.

Gráfico 1 – Variáveis de escola de qualidade



Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas aplicadas (2019).

Essa variação de opinião mostra que as características dos pais influenciam em suas expectativas de escolha. Segundo Dourado e Oliveira (2009, p. 202), é preciso compreender a qualidade numa perspectiva polissêmica “[...] em que a concepção do mundo, de sociedade e de educação evidencia e define os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis de um processo educativa de qualidade social.”

Alves *et al.* (2015) apresentam um estudo na cidade de São Paulo que investiga práticas de escolas públicas quanto a escolha do estabelecimento pelas famílias, e relatam grupos de pais com propostas diferenciadas, não há um determinante para a escolha da escola de preferência dos pais, o que se tem são interesses individualizados. Os autores investigam os “[...] esforços de famílias de meios vulneráveis da periferia para burlar a setorização da matrícula, evitando a escola designada pelo sistema informatizado paulista, geralmente aquela localizada em seu próprio bairro[.]”. (p. 16).

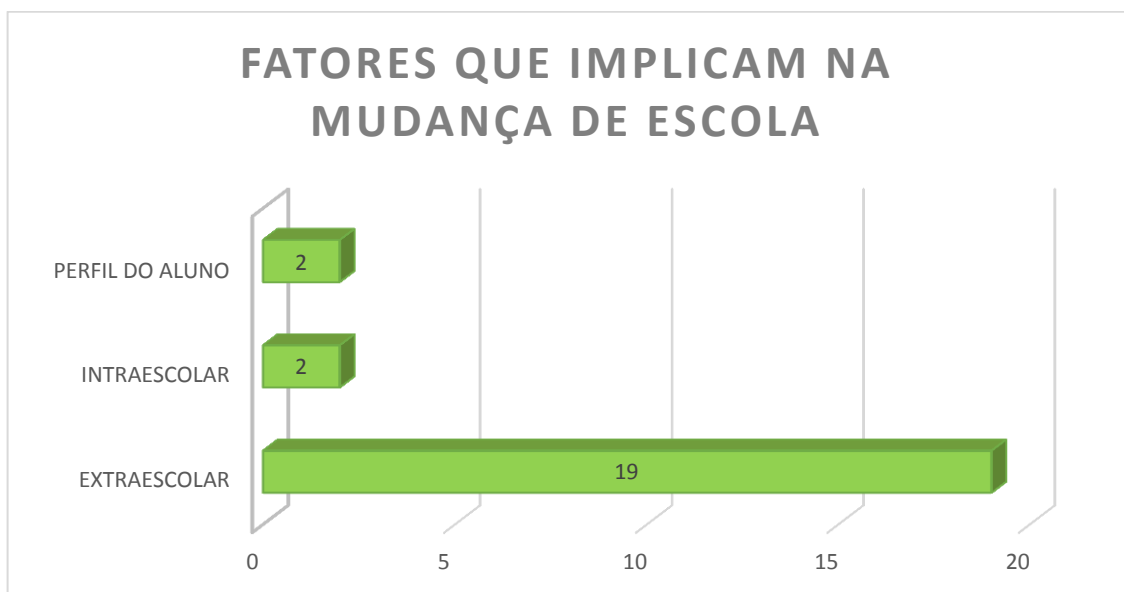
Quando questionados sobre quais motivos culminaram no desejo da troca de escola, os respondentes do formulário citam justificativas diversas que foram agrupadas em fatores de ordem intraescolar, extraescolar e perfil do aluno. Pode-se pensar fatores intraescolares, como as condições de acesso e permanência dos

alunos na escola estão sendo afetadas pela falta de recursos, materiais pedagógicos e rede física sucateada. Enquanto fatores extraescolares são os relacionados aos fatores que ocorrem fora da escola, os que mais chamaram atenção no formulário aplicado foram distância/deslocamento, violência e droga no entorno da escola e proximidade com a favela.

O Gráfico 2 apresenta os motivos que os levam a buscar escola diferente daquela para qual o aluno fora encaminhado inicialmente, variam de acordo com as condições de vida, no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Segundo Dourado (2007, p.206), “[...] definir padrões para garantia da qualidade da educação é uma tarefa complexa, porque envolve contextos, atores e situações diversas.”.

Gráfico 2 – Fatores que implicam na Mobilidade



Fonte: Gráfico elaborado com base no formulário aplicado aos pais (2019).

A mobilidade familiar é percebida pela ótica dos responsáveis pelo Plano de Atendimento Escolar, como geradora de entraves na organização escolar. É possível inferir essa desarticulação pelas respostas durante a entrevista, como relacionado no Quadro 11.

Quadro 11 – Mobilidade Familiar

Questão	Como você define a questão da mobilidade familiar?
S1	<p>É um complicador, quando tem essa mobilidade.</p> <p>“É questão de preferência, porque o aluno foi encaminhado para uma escola, mas ele quer outra.”</p> <p>[...] “principalmente as escolas consideradas melhores.”</p> <p>“Isso interfere, atrapalha, aumenta a demanda, o número de turma de uma escola e acaba esvaziando a outra”.</p>
S2	<p>“A grande pretensão do zoneamento escolar é essa, que a mobilidade esteja garantida em ter uma escola próxima a sua residência.”</p> <p>“São poucos os casos que a gente não consegue na possibilidade de estar próximo a escola.”</p> <p>“O que se percebe que a mobilidade fica fragilizada quando o pai escolhe a escola. Quando ele escolhe, muitas vezes esquece que terá um gasto com transporte.”</p>
S4	<p>“É o grande nó. As famílias mudam o ano todo.”</p> <p>[...]mudar de bairro em BH implica em buscar uma nova escola para o filho.”</p> <p>“A escola também não cumpre o papel dela, que é de atender o aluno na sua própria região, na escola, de orientar o pai como fazer... qual escola que ele deve procurar.”</p> <p>“Não existe esse compromisso... e isso gera os grandes nós do zoneamento, do cadastro, do plano... implica nesses problemas.”</p>

Fonte: Trechos retirados das entrevistas (2019).

Os respondentes pontuam que a mobilidade afeta o Plano de atendimento. S2 entende que este “[...] é feito para atender a família no zoneamento dela.”. E pontua:

[...] quando fazemos o planejamento é pensando em tudo desde a organização do prédio, como a organização do corpo docente, como a questão da merenda escolar. Não é só a vaga, nessa vaga há outros atributos que perde o controle quando existe essa debandada de uma escola para outra. Além de fazer com que determinada escola que tivesse 50 alunos encaminhados passa a ter 15. Funcionar com 15 alunos, por exemplo, é um custo tanto para o estado como para o município, é um gasto para os entes públicos, dinheiro público... e a gente tem que pensar nisso. (S2. Entrevista em maio de 2019).

Considerando os dois eixos analisados, o próximo capítulo tem como objetivo propor um Plano de Ação Educacional (PAE) com a intenção de sanar os pontos frágeis detectados na análise dos dados.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: PARA A MELHORIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO NA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS.

Neste estudo, o capítulo 3 tem como proposta apresentar um Plano de Ação Educacional (PAE). Para isso, faz-se necessário resgatar alguns aspectos da descrição do caso de gestão e da pesquisa de campo descritos anteriormente.

Esta pesquisa reflete sobre a análise da estrutura do plano de atendimento em Minas Gerais, tendo como referência a SRE/Metropolitana A, de Belo Horizonte com objetivo final de propor ações que possam ser desenvolvidas nas SRE com a perspectiva de integrar ao plano de atendimento as demais áreas, considerando, a partir dos estudos, a importância da articulação das políticas públicas educacionais de acesso com os demais programas e campanhas articulados pela SEE/MG.

O interesse em investigar este tema nasceu da experiência da pesquisadora, que, desde 2006, atua como Analista Educacional no setor de organização do atendimento escolar, que é responsável pelo plano de atendimento nas 149 escolas da SRE/Metropolitana A, de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Dessa forma, a partir de um breve recorte entre 2015 a 2018 levantou-se dados e embasamentos legais, que agrupados no capítulo 1 estruturam o plano de atendimento, evidenciando sua importância enquanto política pública.

Por meio de preenchimento de formulários com pais de alunos e entrevistas com servidores da rede pública estadual e municipal foram coletados dados que possibilitaram a confirmação da análise das fragilidades durante a execução do Plano de Atendimento, descritas no capítulo 1, no que tange as políticas públicas desarticuladas e o não cumprimento das ações elaboradas para o plano de atendimento.

Partindo das respostas obtidas nos instrumentos aplicados aos sujeitos, serão apresentadas algumas ações de intervenções para contribuir na melhoria do Plano de Atendimento considerando os dois eixos de análise estudados: Política Pública e Mobilidade familiar. Nessa perspectiva, o Quadro 12 apresenta proposta de ação para cada eixo.

Quadro 12 – Síntese das ações propostas no PAE

Eixo de análise	Políticas Públicas	Dados apresentados	Ações
1. Política Pública	Campanha VEM Telessala Resolução do quadro de pessoal	O desenho das novas políticas internas é desarticulado do plano de atendimento.	Interação das áreas de trabalho da SEE/MG e SER
2. Mobilidade Familiar	Cadastro	Segregação e critérios desiguais para matrícula. Favorecimento da matrícula. Excesso de matrículas em escolas de preferência. Deslocamento do aluno para áreas distantes do zoneamento em que reside.	Encaminhamento <i>online</i> para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Link para consulta de vagas escolares Limitar o número de matrículas por escola, utilizando o SIMADE.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de pesquisa de campo (2019).

Vale destacar que as etapas operacionais serão apresentadas em formato de Plano de Ação, por meio da ferramenta 5W2H, que trata de um modelo gerencial utilizado para elaboração de projetos, que possibilita dimensionar a relevância e as condições de implementação das ações elaboradas, envolvendo as seguintes perguntas: *What* (o que será feito?); *Why* (Por que será feito?); *Where* (Onde será feito?); *When* (Quando será feito?); *Who* (Por quem será feito?); *How* (Como será feito?) e *How much* (quanto custará fazer?).

3.1 -AÇÕES DE INTERVENÇÕES – PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Os dados coletados possibilitam uma organização de proposta em torno de dois eixos: 1. Políticas Públicas e 2. Mobilidade Familiar. Esses eixos envolvem elementos estratégicos que viabilizam a superação das fragilidades identificadas neste trabalho, sobretudo no que se refere à articulação entre programas e projetos da SEE/MG e execução do plano de atendimento. Os dados ainda confirmam um incômodo existente nos diferentes níveis de atuação da rede pública, com sinais claros da necessidade de recriar as políticas públicas que estão sendo utilizadas,

considerando que o contexto da prática muitas vezes convida a flexibilizar as normas e ouvir as vozes locais, para que objetivo final seja atingido.

Apresentaremos, nas subseções seguintes, as propostas para superar as situações elencadas no Quadro 12.

3.1.1 Plano de ação para o eixo: Políticas Públicas

No capítulo 1, levantou-se a hipótese da desarticulação das políticas públicas, porém no decorrer deste estudo foi detectado que a interferência entre as políticas públicas está mais voltada para o trabalho fragmentado das áreas envolvidas no processo de implementação das diversas propostas ligadas a educação. Assim uma das ações propostas é a interação das áreas afins de trabalho, buscando articulação dessas áreas afins na SEE/MG e nas SRE com o objetivo de conscientizar os gestores para a necessidade de um trabalho conjunto, que envolva os sujeitos das diferentes áreas da educação, norteando para destinos comuns e visando possibilidades de melhoria não só da execução do Plano de Atendimento, mas nos demais projetos das diferentes áreas que tem como proposta final a melhoria da educação. Trabalhar de forma integrada áreas distintas da SEE/MG e das SRE para uma melhor implementação das políticas públicas educacionais, buscando assim sanar os desvios de cumprimento do que foi estabelecido, inicialmente, no Plano de Atendimento. Essa necessidade de integração foi detectada durante as entrevistas.

A proposta do PAE é promover diálogo entre as áreas de trabalho da SEE/MG e das equipes da SRE, que integram trabalhos afins. Como é o caso do projeto VEM que precisa ser pensado junto ao Plano de atendimento, visto que o projeto VEM oferta vaga escolar ao aluno que está fora da escola e o Plano de atendimento autoriza vagas no SIMADE para que a escola possa efetuar a matrícula. São ações que precisam caminhar juntas para o sucesso da oferta e da matrícula, assim como para o cumprimento da garantia à educação.

O PAE quer medidas possíveis de serem viabilizadas, por meio de troca de informações entre as áreas de ação da SEE/MG e SRE de maneira tal que possam ser somadas, acrescentando legitimidade aos projetos e elevando o nível de resultados finais, principalmente no que diz respeito a acesso e permanência na escola.

Visando integrar as áreas de trabalho da SEE/MG e das SRE, a etapa a seguir propõe ajustes na forma como as instituições interagem na divulgação dos projetos, para alcançar resultados positivos, sem as interferências que, muitas vezes, ocorrem devido ao volume de projetos e programas que são elaborados de forma setorizada.

Para isso o PAE pretende articular datas, discutir propostas, integrar dados, assim com a divulgação ampla das diretrizes, há ainda a necessidade de articular agendas, priorizando as demandas de urgências para a funcionalidade das ações conjuntas.

É preciso afinar equipes da SEE/MG -responsáveis pela organização escolar e pelos projetos; das SRE – as equipes de plano de atendimento, divisão pedagógica e inspeção escolar.

Oportuno ainda é beneficiar a comunidade escolar de forma igualitária, com a agenda articulada, sem que nenhuma ação se sobreponha ou anule a outra. Para acontecerem novas ações nas escolas, muitas vezes é preciso considerar elementos básicos como rede física, salas ociosas, turnos disponíveis, quantitativo de alunos e professores. Esses dados são possíveis de serem analisados para a criação de estratégias a partir do plano de atendimento, vinculando às escolas novos projetos, programas e ações, articulando um trabalho para que essas informações não sofram colisões,

O trabalho articulado, como proposto no PAE, permite maior responsabilização das ações, pois a equipe que acompanhará é muito mais diversificada, o que tende a discussões mais amplas, contrapontos, aprovações e críticas, melhor aproveitamento dos novos programas e conseqüentemente do investimento financeiro.

3.1.2 Detalhamento das ações propostas

Esta seção irá detalhar propostas de acordo cada eixo de atuação. Os quadros a seguir sintetizam suas respectivas ações dentro da metodologia 5w2h. Essas proposições foram pautadas a partir das necessidades verificadas pelos dados coletados durante a pesquisa. Como se trata de um quadro síntese, cada ação será detalhada nos tópicos seguintes após cada quadro. As ações e

estratégias propostas são simples e exequíveis e se referem a uma organização que contribuirá para a melhoria da execução Plano de Atendimento. O Quadro 13 irá abordar o eixo 1, propondo como ação a interação das áreas de trabalho na SEE/MG e SRE.

3.1.2.1 Eixo 1: Interação das áreas de trabalho da SEE/MG e SRE

Este eixo abordará ações voltadas para articulação das áreas afins, pensando um trabalho conjunto que irá facilitar na implementação do plano de atendimento, assim como dos projetos e programas propostos pela SEE/MG; além disso irá contribuir na divulgação e operacionalização da SRE; e ainda dinamizar o atendimento nas escolas.

São propostos programas e projetos para alcançar as demandas das comunidades escolares, com ação articuladora, envolvendo racionalização de tempo, de material, mas acima de tudo, um trabalho fundamentado pelas diversas áreas operacionais da SEE/MG.

O Quadro 13 sintetiza as ações propostas que contribuirão para o alcance dos objetivos previstos neste eixo.

Quadro 13 - Plano de ação para o eixo: Políticas Públicas

What Ações a serem empreendidas	Why Por que será feita	Who Quem	Where Onde	When Quando	How Métodos	How Much Custos
1. Divulgação das Políticas Públicas vinculadas ao Plano de Atendimento entre as áreas de interesse da SEE/MG.	Dar conhecimento das ações que estão sendo planejadas, oportunizando articular ações e cronogramas conjuntos.	Gestores da Diretoria Plano de Atendimento Diretoria do Ensino Fundamental e Médio. Diretoria tempo integral. Diretoria de Projetos.	Sala de reunião da SEE/MG	Maio e junho	Encontros para estudo da legislação vigente.	Materiais de rotina Recurso humano da própria SEE/MG
2. Reuniões entre as equipes das diferentes áreas de trabalho da SEE/MG e SRE.	Articular ações com as diferentes diretorias.	Coordenadores dos programas da SEE. Equipe OAE, Inspectores escolares e equipe pedagógica da SER.	Auditório da SRE/ A E Sala de reunião da SEE/MG	Dezembro e julho.	Encontros Semestrais por meio de videoconferências. Organização de grupo de estudos entre as áreas.	Material de rotina Equipamentos próprios
3. Reuniões das equipes do Plano de Atendimento, Inspeção Escolar e Equipe Pedagógica	Troca de experiências Resolução de conflitos	Equipes do Plano de Atendimento, inspeção escolar e equipe pedagógica.	SRE	Mensal Na primeira quarta feira de cada mês.	Reuniões; Levantamento de dados; Planilhas	Material de rotina

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Após análise do Quadro 13, percebe-se que as ações propostas dentro deste eixo foram pensadas em observância com as necessidades constatadas a partir dos dados coletados durante a pesquisa. Constatou-se, na análise dos dados, a desarticulação das áreas dentro das unidades de trabalho, o que gera a não observância do previsto no Plano de Atendimento e o descumprimento na implementação.

Em virtude disso, percebe-se a necessidade do estudo da legislação. É proposta a ação inicial que nos meses de maio e junho, período em que há a publicação das diretrizes do plano de atendimento, haja a divulgação da publicação e estudo das diretrizes com as demais áreas afins, uma vez na semana, durante o período da manhã.

Assim as diretorias da SEE/MG que envolvem direta ou indiretamente o plano de atendimento terão a possibilidade de propor ações vinculadas. O PAE pretende envolver a diretoria do plano de atendimento, Ensino Fundamental e Médio, o tempo integral, a educação profissionalizante e o magistério, a modalidade EJA e SIMADE para estudos de dados conjuntos. Elaborando assim uma agenda adaptável às demandas dos setores, com períodos compatíveis à organização do plano de atendimento. Como estratégia para o desenvolvimento desta ação os gestores responsáveis pelas diretorias se reunirão com os coordenadores responsáveis pelos projetos com a intenção de construir um calendário que de sustentabilidade à execução do que é planejado pelas áreas.

Neste momento, a ação não despenderá de recursos, pois serão utilizados materiais do dia a dia. O local do encontro será a sala de reunião da SEE/MG, que terá agendamento prévio e para a utilização dos recursos tecnológicos será solicitado, com antecedência, a presença de um técnico da equipe do núcleo de tecnologia.

Uma segunda sugestão do PAE tem como ação reuniões entre as equipes das diferentes áreas de trabalho da SEE/MG e SRE. Participarão pela SEE/MG os coordenadores envolvidos no plano de atendimento, SIMADE, tempo integral, Ensino Fundamental e Médio, educação profissional e magistério. Os representantes da SRE serão a equipe OAE, os inspetores escolares e a equipe pedagógica. As reuniões serão feitas, semestralmente, por videoconferência com objetivo de repassar as propostas que entrarão em vigência no semestre posterior e esclarecer

dúvidas das equipes da SRE. Acontecerão no início de dezembro e início de julho. Com a intenção de informar, orientar e tirar as dúvidas das equipes das SRE, para que os repasses feitos às escolas sejam singulares.

Essas reuniões não têm custo, pois os locais a serem feitas são as salas de reunião da SEE/MG e o auditório das SRE, os materiais utilizados são os de uso diário e as SRE já possuem o equipamento para a transmissão de videoconferência, sendo necessário somente solicitar o acompanhamento de um técnico do núcleo de tecnologia para operacionalizar.

No que diz respeito a SRE, o PAE recomenda reuniões para divulgação e estudo das diretrizes do plano de atendimento em conjunto com a equipe da OAE, inspetores escolares e a equipe pedagógica, que é responsável pelos projetos e programas. Com finalidade de diagnosticar qual projeto acontecerá, qual as escolas que possuem capacidade na rede física para receber tal projeto, qual comunidade escolar apresenta maior demanda para o projeto em voga, verificar se há necessidade de aumento de turmas, enfim, elencar dados que possam definir, com critério, a melhor forma de interligar as propostas às demandas das escolas.

Assim, esclarecer e vincular ações de diferentes diretorias, planejar e promover a participação das escolas nos projetos e programas de acordo com as necessidades da comunidade escolas e os requisitos da instituição para manter e dar continuidade ao projeto sem se sobrepor a oferta obrigatória do ensino regular.

O que se pretende com essas ações e estreitar as relações das equipes das áreas, reduzindo a fragmentação do trabalho e conseqüentemente manter diálogo entre elas, evitando conflito das políticas públicas educacionais, possibilitando um resultado final mais dinâmico e eficaz, tanto dos projetos e programas quanto do que foi planejado pelo plano de atendimento. Essas ações serão avaliadas, semestralmente, entre as próprias equipes. Dessa maneira pretende-se uma construção contínua e flexível, que possa ser ajustável de acordo com as demandas que forem surgindo.

3.1.2.2 Plano de ação para eixo: Mobilidade Familiar

Este eixo refere-se às proposições de ações com o objetivo de contribuir para a organização do processo de matrícula das escolas estaduais de Minas Gerais, vinculando ao SIMADE a responsabilidade de impedir matrículas pela escola acima

do que foi autorizado pelo plano de atendimento, em consonância com a Resolução 3.660/2017 que prevê número máximo por turma.

Na mobilidade familiar tem-se de um lado o movimento dos pais, que possuem suas preferências por escolas e de outro lado as escolas, com seus próprios interesses, que burlam a regra do cadastro escolar matriculando alunos que não foram encaminhados.

Assim para o eixo mobilidade familiar é proposto um PAE que tem a dupla intenção: conter as matrículas excessivas das escolas de preferência e disponibilizar as possibilidades de escolha para os pais nas escolas onde há vagas remanescentes.

Nesta situação o plano de ação quer oferecer instrumentos que facilitem o acesso aos dados, por acreditar que a possibilidade do acesso aberto ao público irá inibir o deslocamento dos pais.

Sem descartar o zoneamento, os alunos, no primeiro momento, deverão ser encaminhados e matriculados como prevê a resolução de cadastro vigente. Ou seja, os pais ou responsáveis poderão acessar o endereço eletrônico de qualquer computador ou dispositivo móvel com acesso à internet, para cadastrar o candidato. Após o cadastramento *online* pelo *link* disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação, a matrícula na escola deverá ser efetuada no período divulgado na resolução de cadastro, pelos pais ou responsáveis que irão comprovar o endereço declarado no formulário do sistema, assegurando à criança o acesso escolar.

Após o período de matrícula, haverá levantamento de vagas remanescentes, estas serão utilizadas em ações do PAE, posteriores ao cadastro escolar, como previsto no Quadro 14.

Quadro 14 - Plano de ação para o eixo: Mobilidade Familiar

What Ações a serem empreendidas	Disponibilizar um link de consulta de vaga escolar após cadastro inicial
Why Por que será feita	Para oportunizar aos pais verificarem escolas com vagas remanescentes. Para alunos que ficaram fora do cadastro por motivos diversos.
Who Quem	Núcleo de Tecnologia da SEE/MG
Where Onde	<i>Online</i> /site da SEE/MG
When Quando	De fevereiro a dezembro
How Métodos	Programa alimentado pelas escolas Internet
How Much Custos	Programa interligado com SIMADE

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como primeira ação o SIMADE só deverá aceitar matrícula até o limite permitido por turma, isso bloqueia a possibilidade da escola efetivar matrículas de alunos acima do permitido pelo plano de atendimento, evitando o excesso de matrícula em determinadas escolas de preferência.

Após o período específico para matrícula, as vagas remanescentes ficarão disponíveis. Assim o PAE quer propor um *link* para consulta de vagas escolares nas escolas da circunscrição da Metropolitana A, que seria elaborado por meio de planilha *online*, em que as escolas tenham acesso para alimentar com dados atualizados e os pais possam consultar.

O *link* de matrículas “Vem pra rede” estará aberto para acesso após o período oficial de matrículas. No “Vem pra rede” ficarão disponíveis nome de escolas e suas vagas remanescentes, o sistema aceitará a troca, isso assegurará o livre trânsito aos pais, e ofertará todas as possibilidades de vagas remanescentes, sem se contrapor ao zoneamento inicial. O que se pretende com esta ação é assegurar aos pais o direito de escolha, desde que haja vaga na escola desejada. Assim, o estado assegura o encaminhamento pelo zoneamento escolar e os pais que não ficarem satisfeitos terão a oportunidade de troca para outra escola, mas esse movimento de troca será de responsabilidade dos pais, lembrando que esta escolha será feita considerando as vagas remanescentes.

Com isso pretende-se evitar que famílias burlam o encaminhamento ou mesmo que escolas possam fazer matrículas de alunos não encaminhados

inicialmente, o sistema SIMADE somente permitirá matrícula do número de vagas autorizados.

Com isso acredita-se que será reduzida a troca de escolas, pois os pais ao ter acesso as vagas existentes pelo sistema, irão repensar o zoneamento, a questão do transporte escolar e a dificuldade de remanejar o aluno posteriormente para a escola inicial de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa foi fazer uma análise do Plano de Atendimento em Minas Gerais, tendo como referência a SRE/Metropolitana A, visto que o desenho desta política pública alcança as 47 SRE.

Para tanto, teve como objetivo geral identificar as evidências quanto ao trabalho elaborado pela equipe de analistas e técnicos e as fragilidades na execução final, que apontam que o Plano de Atendimento se encontra atrelado a questões de nível muito mais políticas que técnicas.

No capítulo 1, o caso foi disposto a partir da apresentação dos diversos cenários vinculados ao Plano de Atendimento, considerando esta política pública sob a ótica da SEE/MG, SRE e Escolas.

O capítulo 2 apresentou referencial teórico sobre a questão da alocação de alunos e da mobilidade familiar, que deu aporte ao estudo, evidenciou, por meio dos dados coletados, via formulário e entrevistas, a desarticulação das áreas de trabalho quanto as políticas públicas e o quanto isso reflete nas escolas.

As análises dos dados permitiram concluir que o plano de atendimento é elaborado tecnicamente, mas perpassa por um viés político, como foi apontado nas entrevistas e que muitas vezes não se considera o estudo técnico elaborado. Um outro ponto de interesse foi a mobilidade das famílias, que se deslocam por motivos diversos, trocando de escolas, o que acaba interferindo na organização escolar.

Assim, o capítulo 3 apresenta um Plano de Ação Educacional, que fundamentado nas análises realizadas, apresenta propostas de superação dos problemas identificados, para que o Plano de Atendimento possa ser executados nas escolas estaduais.

Este estudo quer sinalizar o plano de atendimento como o eixo central e organizador, que articulado às demais áreas educacionais dará subsídios para análises das especificidades das escolas.

Sugere a importância de se pensar mudanças nos cronogramas dos projetos para que estes caminhem em consonância, de forma a somar nos resultados finais de implementação e execução. Um ponto de partida seria considerar que o plano de atendimento é consolidado em meados de setembro. Assim seria importante que os

projetos e programas fossem pensados, estudados e determinados em período que anteceda o fechamento do plano.

Outro ponto a ser considerado são as respostas obtidas por meio da aplicação dos formulários, percebe-se que há preocupação dos pais com a qualidade da instituição, mas os fatores que mais implicam na mudança são os extraescolares e esses estão associados, muitas vezes, a violência, a questão de territorialidade que existe entre as comunidades.

Com isso não se pretende, nesse estudo, descartar a política do zoneamento, ao contrário disso, tem-se o entendimento de sua importância na organização e na garantia de acesso escolar. A intenção é sinalizar a existência de situações específicas nas comunidades, evitando-se assim, que as orientações gerais acabem por reforçar situações como por exemplo a evasão escolar.

É preciso valorizar as dificuldades que os pais estão sinalizando para a SEE/MG e propor uma análise diferenciada para esses casos, garantindo assim o acesso à educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.; BATISTA, A. A. G.; RIBEIRO, V. M.; ERNICA, M.. Seleção velada em escolas públicas: práticas, processos e princípios geradores. **Educ. Pesqui.** [online]. São Paulo, v. 41, n. 1, p. 137-152, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022015011488>. Acesso em: 6 jan. 2019.

BARBOSA, C. T. Sheila. Capacidade de Gestão: coordenação interorganizacional na implementação de programas públicos federais no Brasil. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Brasília, n. 9, p. 47-55, jan./jun. 2016.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 2528, de 02 de abril de 1974**. Institui o Cadastro Escolar de Belo Horizonte. Disponível em: <https://cmbelohorizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/241202/decreto-2528-74>. Acesso em: março 2018.

BONI, Valdete; QUARESMA, J. S. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n. 1(3), p. 68-80, janeiro-julho/2005. Disponível em: www.emtese.ufsc.br. Acesso em: março de 2019.

BOTO, C.. A educação escolar como direito humano de três Gerações: identidade e universalismo. **Educ.Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 777-798, Especial – outubro, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao. Acesso em: 22 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 16 dez. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 junho 2018.

BRASIL. Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008. Acrescenta inciso X ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 8, 16 jun. 2008. (Publicação Original)

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivilL03/...Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 5 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: 26/06/14, seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 jul. 2018.

DELGADO, M. C. V.. **Alocação dos alunos nas escolas**: uma abordagem de algoritmos de pareamento para análise do efeito do cadastro escolar de Belo Horizonte na proficiência dos estudantes. 2013. Tese (Doutorado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F; SANTOS, C. A. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série Documental**: textos para discussão, Brasília, v. 28, n.100, p.8-35, 2007.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F; A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. CEDES** [online]. 2009, vol. 29, n. 78, p. 201-215. ISSN 0101-3262. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>.

FERREIRA, L. A. M.; NOGUEIRA, F.M.B.. **Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas Plano Nacional Educação**. Belo Horizonte. 2015. Disponível em: www.arquivobrasileiroeducacao/article/view/10858. Acesso em: 2 nov. 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

GOMES, A. V. A.; MARTINS, P. S.; GILIOLI, R. S. P. **Plano Nacional de Educação (PNE)**: análise comparativa entre os planos de 2001 e de 2014. Câmara dos Deputados (Consultoria Legislativa). Brasília. 2017.

INEP - Instituto Nacional de Estatística e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar – versões: 2015, 2016 e 2017**. Disponível em http://inep.gov.br/artigo2/-/asset_publisher/GngVoM7TApe5/content/censo-escolar-2016-reforca-desafios-para-universalizacao-da-educacao-no-brasil/21206?inheritRedirect=false. Acesso em: 22 jun. 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. – Brasília: Inep, 2018.

FUNDAÇÃO LEMANN; MERITT. **QEdU**: Use dados. Transforme a educação. 2018. Disponível em: www.qedu.org.br/brasil/censoescolar. Acesso em: 6 jan. 2019.

LIMA, L. C. A.. Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas? **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 92, n. 231, p. 268-284, maio/ago., 2011.

MAINARDES, J. **Abordagem do Ciclo de Políticas:** uma contribuição para a análise de políticas públicas. Campinas. 2006.

MAPA DE JURISDIÇÃO. **Cadastro Escolar do EF 2018.** Belo Horizonte, MG, 2018. Disponível: www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1GjdhH-zMIUha1G1QYATUd7MDbqw-E0pT&ll=-19.918184209243798%2C43.96025750000001&z=11. Acesso em: 20 fev 2019.

MINAS GERAIS. **Resolução CEE nº 449, de 01 de agosto de 2002.** Fixa normas de credenciamento de instituições escolares, autorização para funcionamento e reconhecimento de cursos de educação básica e educação profissional e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 2002.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 43497, de 01 de agosto de 2003a.** Redefine a jurisdição das Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2003a.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 43.506, de 06 de agosto de 2003b.** Institui o Ensino Fundamental de nove anos de duração nas escolas da rede estadual de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2003b. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/mg/decreto-n-43506-2003-minas-gerais>. Acesso em: 6 nov. 2018.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.849 de 27 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação. Belo Horizonte, MG, 2011. Disponível em: www.almg.gov.br/consulte/legislacao. Acesso em: 16 nov. 2018.

MINAS GERAIS. **Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015.** Dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do grupo de atividade de Educação Básica do poder executivo, altera a estrutura da carreira de professor de Educação Básica e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 2015.

MINAS GERAIS. **Diretrizes do Plano de Atendimento Escolar - 2017/2018.** Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais / Superintendência de Organização e Atendimento Educacional. Belo Horizonte, 2017a.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 3.660, de 1º de dezembro de 2017.** Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na Rede Estadual de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação a partir de 2018 e dá outras providências. Publicada em 08/12/2017. Belo Horizonte, 2017b.

MINAS GERAIS. **Resolução Conjunta SEE-MG/SMED-BH nº 05, de maio de 2018.** Estabelece normas para realização do Cadastro Escolar para o ensino fundamental na rede pública de ensino de Belo Horizonte. Diário do Executivo. Caderno 1, p. 22. Belo Horizonte, 2018a.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE-MG nº 3.765, de 09 de maio de 2018.** Estabelece normas para a realização, em 2018, do Cadastro Escolar para o Ensino Fundamental e da matrícula nas redes públicas de ensino em Minas Gerais. Diário do Executivo. Caderno 1, p. 23. Belo Horizonte, 2018b.

MOÇO, A. **Balanco do Plano Nacional de Educação 2001/2010**. Revista Nova Escola, 01 mar. 2010. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2901/balanco-do-plano-nacional-de-educacao-pne-2001-2010>. Acesso em: 16 out. 2018.

MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Já!**. Uma proposta preparatória para a educação básica brasileira e prioridades para 2019-2022. Versão para debate, set. 2018.

NOGUEIRA, C.; RESENDE, T.; VIANA, M. J.. Escolha do estabelecimento de ensino, mobilização familiar e desempenho escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20 n. 62, p.749-772 , jul./set. 2015.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Indicadores da meta (nota técnica)**. 2017. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne>. Acesso em 20 out. 2018.

PINTO, M.V. (1999). Cadastramento Escolar: democratização do acesso à escola pública. **Informática Pública**, Belo Horizonte, v. I, n. 2, p. 139-156, 1999. Disponível em: www.ip.pbh.gov.br/ANO1_N2_PDF/ip0102viniuspinto.pdf. Acesso em: 5 jun. 2018.

PENKO, C.. Para compreender as políticas públicas: uma leitura introdutória. **Cadernos de Pesquisa Política**, Brasília, n 2, p.161-166, 2011.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios contínua**. Educação, 2017. ISBN 978-85-240-4458-8. IBGE, 2018.

REPORTAGEM: **Minas Gerais tem 5,4% da população de 4 a 17 anos fora da escola**

Site:www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2017/04/05/internas_educacao,859868/minas-gerais-tem-5-4-da-populacao-de-4-a-17-anos-fora-da-escola.shtml
Acesso em: 22 out. 2018.

ROSISTOLATO, R.; PRADO, A. P; KOLINSKI, M. C; CARVALHO, J. T.; MOREIRA, A. M. Dinâmicas de matrícula em escolas públicas na cidade do Rio de Janeiro. **Proposições**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3(81), p. 237-262, set/dez 2016.

SIMADE. **Sistema Mineiro de Administração Escolar** [on-line] 2018 Disponível em: <http://www.simadeweb.educacao.mg.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2019.

SEE/MG. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Relatório de Retorno Ações da Virada**. Belo Horizonte, MG, dez. 2016.

SEE/MG. **Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG, 2018. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 14 jun. 2018.

UNICEF. **10 Desafios do Ensino Médio no Brasil para garantir o direito de aprender do adolescente de 15 a 17 anos**. Brasília, 2014. Disponível em:

file:///F:/DADOS%20UNICEF/10desafios_ensino_medio.pdf. Acesso em: 22 out. 2018.

VIEGAS, Luciana. **Contribuições da Abordagem do Ciclo de Políticas - Os Processos de Implementação das Políticas Públicas Educacionais**. v. 1: Atas - Investigação Qualitativa em Educação, 2014. ISBN: 978-972-8914-47-9.

APÊNDICE A – QUADRO DE PERGUNTAS ELABORADO PARA ENTREVISTA COM SERVIDORES DAS EQUIPES DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DAS SRE

EIXO DE ANÁLISE	OBJETIVOS	PERGUNTAS
Plano de Atendimento	Identificar a percepção sobre o plano de atendimento para a SRE.	1. Para você, o que é o plano de atendimento para a organização das escolas da SRE?
	Compreender o papel da Superintendência de Organização Escolar.	2. Quais as atribuições da Equipe de Organização do Atendimento Escolar da SRE relacionadas ao Plano de Atendimento?
	Compreender o papel as dificuldades encontradas na implementação de ações relacionadas ao plano de atendimento.	3. Quais são as fragilidades mais comuns encontradas pela equipe da SRE na implementação do plano de atendimento?
	Compreender como as políticas públicas educacionais podem interferir no plano de atendimento.	4. Você considera que a SEE/MG elabora políticas públicas educacionais articuladas ao plano de atendimento?
		5. Você considera que o plano de atendimento como política pública educacional abrange as necessidades dos municípios com a mesma equidade ?
		6. Na sua opinião, os Programas Telessala, VEM e Ensino Médio Integral e Integrado são políticas públicas educacionais articuladas ao Plano de Atendimento?
		7. Na sua opinião que tipo de modificações poderiam ser feitas no cronograma do plano de atendimento elaborado pela SEE/MG?
Plano de Atendimento	Compreender a vinculação do Plano de Atendimento com o quadro de pessoal da escola.	8. Na sua opinião o fato da resolução de quadro de pessoal associar número de turmas a recursos humanos impacta no não cumprimento do que foi estabelecido no plano junto à escola, quanto a, por exemplo, número de vagas escolares, por parte dos diretores?
	Compreender de que forma poderia diminuir as fragilidades do plano de atendimento.	09. Que ações poderiam ser melhoradas para um melhor cumprimento do estabelecido no plano de atendimento?
	Compreender de que forma são priorizadas pela SRE as necessidades propostas no plano de atendimento propostos pelas Escolas.	10. Como é feita a análise da demanda das necessidades propostas nos planos de atendimento?

Cadastro	Compreender de que forma se dá início às ações do Cadastro Escolar.	11. Como as ações do Cadastro Escolar são deflagradas?
	Compreender a regra do zoneamento escolar.	12. Na sua opinião as regras do zoneamento escolar para o ensino fundamental são cumpridas pelas escolas?
	Compreender se há possibilidade do cadastramento <i>online</i> garantir a matrícula.	13. Já foi pensada a possibilidade de vincular o Cadastramento <i>online</i> com a matrícula? Isso sanaria as dificuldades encontradas no encaminhamento dos alunos? 14. No Ensino médio, onde o aluno faz escolha entre 4 opções, as dificuldades enfrentadas são as mesmas?
Mobilidade	Compreender sobre a mobilidade familiar.	15. Como a SRE percebe a questão da mobilidade familiar e o Plano de Atendimento?
		16. Como essa mobilidade pode afetar a organização escolar?
		17. Esse processo de mobilidade familiar acontece em período determinado do ano?
		18. A escolha dos pais pela escola de sua preferência seria uma alternativa para ajudar a sanar o problema da mobilidade familiar?

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM SERVIDOR DA SMED/BH

EIXO DE ANÁLISE	OBJETIVOS	PERGUNTAS
Plano de Atendimento	Verificar, na perspectiva da SMED, a parceria entre Município e Estado	1. Na sua opinião as políticas públicas educacionais voltadas para o acesso escolar do estado e município estão articuladas?
		2. Quanto a disponibilização de prédios para alocação do cadastro em áreas descobertas pela rede municipal, o estado contribui de que forma?
		3. Quais os maiores desafios para a SMED encontrados no processo de cadastramento escolar?
Cadastro Escolar	Compreender de que forma se dá início às ações do Cadastro Escolar	4. Como as ações do Cadastro Escolar são deflagradas?
	Compreender a regra do zoneamento escolar	5. O que e como é feito o zoneamento para o encaminhamento escolar?
		6. Na sua opinião, quais são as dificuldades encontradas pelas escolas para o cumprimento das regras de zoneamento escolar?
		7. Quais as fragilidades do zoneamento que permitem as escolas e os pais burlarem a regra do encaminhamento?
	Analisar se há possibilidade do cadastramento <i>online</i> garantir a matrícula.	8. Hoje o cadastramento do ensino fundamental é feito <i>online</i> . Como os pais ficam sabendo para onde o filho foi encaminhado?
		9. E os que perderam o período do cadastramento <i>online</i> , há outras formas para realizar tal cadastramento?
		10. Explique o que é o sobrecadastro. Nesse processo a regra do zoneamento persiste?
11. Sabe-se que o cadastramento <i>online</i> não é garantia de matrícula. Os pais precisam ir à escola para efetiva-la. É possível vincular o cadastramento <i>online</i> com a matrícula? Como seria?		
Mobilidade Familiar	Compreender sobre a mobilidade familiar na perspectiva da Secretaria Municipal de Educação (SMED)	12. Como você define a questão da mobilidade familiar?
		13. Como essa mobilidade pode afetar a organização das escolas?
		14. Esse processo de mobilidade familiar acontece em período determinado do ano?
		15. Na sua opinião a escolha dos pais pela escola de sua preferência poderia sanar o problema da mobilidade familiar?

APÊNDICE C – QUADRO DE PERGUNTAS ELABORADO PARA ENTREVISTA COM SERVIDOR DA SEE/MG

EIXO DE ANÁLISE	OBJETIVOS	PERGUNTAS
Plano de Atendimento	Identificar a percepção sobre o plano de atendimento em Minas Gerais	1. Para você, o que é o Plano de Atendimento Educacional de Minas Gerais
	Compreender o papel da Superintendência de Organização Escolar.	2. Quais as atribuições da Superintendência de Organização Escolar da SEE/MG relacionadas ao Plano de Atendimento?
	Compreender as dificuldades encontradas na elaboração de ações relacionadas ao plano de atendimento.	3. Quais são as fragilidades mais comuns nas 47 SRE em relação ao Plano de atendimento?
	Compreender como as políticas públicas educacionais podem interferir no plano de atendimento.	4. Você considera que o plano de atendimento como política pública educacional abrange as necessidades dos municípios com a mesma equidade ?
		5. Quais são as programas e projetos da SEEMG que são articulados ao Plano de Atendimento?
		6. Na sua opinião como são articuladas as políticas dos Programas VEM, Telessala e ensino médio integral e integrado com o Plano de Atendimento?
		7. Por serem políticas públicas iniciadas após a conclusão da elaboração anual do PA, de que maneira esses programas podem causar alterações no plano de atendimento?
8. Como é feito o cronograma do PA?		
Compreender a vinculação do Plano de Atendimento com o quadro de pessoal da escola.	9. O quadro de pessoal das escolas (Res nº4112/19) está diretamente vinculado a número de turmas. É dito que há diretores que burlam a regra de matrícula, cometendo excessos para garantir um número maior de especialistas no quadro de pessoal. Na sua opinião, o que poderia ser feito para evitar esse descumprimento do plano de atendimento?	
Plano de Atendimento	Compreender de que forma poderia diminuir as fragilidades do plano de atendimento.	10. Que ações poderiam ser melhoradas para uma melhor articulação das políticas públicas educacionais e o plano de atendimento?
	Compreender de que forma são priorizadas pela SEE as necessidades propostas no plano de atendimento encaminhado pelas SRE.	11. Como é feita a análise da demanda das necessidades propostas nos planos de atendimento?
	Compreender de que forma se dá início às ações do Cadastro Escolar.	12. Como as ações do Cadastro Escolar são deflagradas?

Cadastro Escolar	Compreender como são pensadas as diretrizes e resoluções de cadastro escolar.	13. Com base em que dados são desenvolvidas a elaboração das diretrizes para o plano de atendimento e a resolução do cadastro escolar?
	Compreender se há possibilidade do cadastramento <i>online</i> garantir a matrícula.	14. Já foi pensada a possibilidade de vincular o Cadastramento <i>online</i> com a matrícula? Isso ajudaria a sanar as dificuldades encontradas no processo de encaminhamento do aluno?
Mobilidade Familiar	Saber se há, por parte da SEE, um acompanhamento sobre a mobilidade familiar,	15. Como a SEE percebe a questão da mobilidade familiar e o PA?
		16. Como essa mobilidade pode afetar a organização escolar?
		17. A escolha dos pais pela escola de sua preferência seria uma alternativa para a questão da mobilidade familiar?

APENDICE D

Formulário aplicado aos pais de alunos

Levantamento de dados referentes aos motivos de troca de escola, após encaminhamento do aluno, elaborado pela equipe do Plano de Atendimento da SER /Metropolitana A.

1- Grau de parentesco com o aluno:

a) pai b) mãe c) Outros. Qual?

2- Grau de escolaridade do responsável:

Ensino Fundamental b) Ensino Médio c) Ens. Superior

3- Você procura vaga para:

a) Ens. Fund. (iniciais) b) Ens. Fund. (finais) c) Ensino Médio

4- Fora da sua regional?

a) Sim b) Não

5- Seu filho está matriculado em escola:

a) Estadual b) Municipal c) Particular d) Não está matriculado

6- Quais os motivos de trocar seu filho de escola?**7- Como seria uma escola de qualidade, na sua opinião?****8- Você sabe o que é Ideb?**

a) Não

b) Sim. Comente:

Nome:

Data